



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
Comissão de Educação, Cultura, Lazer e Turismo - SUPEL-COEDU

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90127/2025/SUPEL

PARA TODOS OS ITENS, APLICA-SE A AMPLA PARTICIPAÇÃO COM A RESERVA DE COTA NO TOTAL DE ATÉ 25% ÀS EMPRESAS ME/EPP

RESUMO DOS DADOS

<b>ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:</b> 06/10/2025, às 10h (horário de Brasília), no sítio <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>	Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 30/09/2025
---	---

OBJETO:

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Veículos Automotores: Veículos de Pequeno Porte, Veículos Tipo Caminhonete Pick-Up, Veículo Tipo Furgão de Carga e Veículo Tipo Van Minibus para Transporte de Passageiros, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

FUNDAMENTO:

Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.  
Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024.  
Dentre outros.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0029.012739/2024-21

UASG: 925373

ENDEREÇO ELETRÔNICO : <https://www.gov.br/compras/pt-br>

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

ORÇAMENTO ANUAL	R\$ 43.835.121,60 (quarenta e três milhões, oitocentos e trinta e cinco mil cento e vinte e um reais e sessenta centavos).
VISTORIA	INSTRUMENTO CONTRATUAL
Não se aplica	Ata de Registro de Preços

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

<b>Requisitos Básicos:</b> <b>1. Habilitação jurídica:</b> Conforme estabelecido no <u>item 13.2.1. do Termo de Referência</u> . <b>2. Qualificação econômico e financeira:</b> Conforme estabelecido no <u>item 13.2.3 e subitens do Termo de Referência</u> . <b>3. Regularidade fiscal, social e trabalhista:</b> Conforme estabelecido no <u>item 13.2.2. e subitens do Termo de Referência</u> . <b>4. Qualificação técnica:</b> Conforme estabelecido no <u>item 13.2.4. e subitens do Termo de Referência</u> .		<b>Requisitos Específicos:</b>
<b>CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?</b>	<b>RESERVA COTA ME/EPP?</b>	<b>EXIGE AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO?</b>
Não	Sim	Não
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	<b>MODO DE DISPUTA</b>	<b>REGISTRO DE PREÇO</b>
Menor Preço por item	Aberto	Sim
<b>TELEFONES PARA CONTATO</b>		<b>E-MAIL PARA CONTATO:</b>
TELEFONE: (69) 3212-9243		<a href="mailto:supelcoedu@gmail.com">supelcoedu@gmail.com</a>

OBSERVAÇÕES GERAIS:

- Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados nas dependências da Superintendência Estadual de Licitações, sito a Av. Farquar, 2986, bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470.
- Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número **90000** antes do número do certame. (EX.: **90001/2024**)

## SUMÁRIO

1. DO PREÂMBULO;
2. DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS;
3. DO OBJETO;
4. DA QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA;
5. DA POSSIBILIDADE DE PREVISÃO DE PREÇOS DIFERENTES;
6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO;
7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO;
8. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;
9. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO;
10. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE;
11. A FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
12. DA FASE DE HABILITAÇÃO;
13. DO RECURSO;
14. DA HOMOLOGAÇÃO;
15. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO;
16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES;
17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
18. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO;
19. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS;
20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;
21. DOS ANEXOS;

### 1. DO PREÂMBULO

**1.1. A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES**, por meio da **Portaria nº 74/2025/GAB/SUPEL**, de 12 de maio de 2025, publicada no DOE na data 14 de maio de 2025, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o nº **90127/2025/SUPEL/RO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, com o **Método de Disputa: ABERTO**, em conformidade com a [Lei Federal nº. 14.133, de 2021](#), [Decreto Estadual nº 28.874/2024](#), a [Lei Complementar nº 123/06](#), e o [Decreto Estadual 21.675/2017](#) e suas alterações, e demais legislações vigentes, tendo como interessado a **Secretaria de Estado da Educação - SEDUC**.

1.1.1. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1.1.2. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.

1.1.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

1.1.4. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

### 2. DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. São participantes deste Sistema de Registro de Preços os seguintes órgãos e/ou entidades:

- a) Secretaria da Educação do Estado de Rondônia - SEDUC;
- b) Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia - FAPERÓ;
- c) Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas - SEGEP;
- d) Superintendência Estadual de Turismo - SETUR;
- e) Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos- SUGESP;
- f) Casa Militar da Governadoria - CASA MILITAR;
- g) Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia - IDEP;
- h) Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - SEJUCEL;
- i) Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI;
- j) Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC;
- k) Polícia Militar - PM;
- l) Corpo de Bombeiros Militar - CBM; e
- m) Fundação Cultural do Estado de Rondônia - FUNCER.

### 3. DO OBJETO

**3.1.** O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Veículos Automotores: Veículos de Pequeno Porte, Veículos Tipo Caminhonete Pick-Up, Veículo Tipo Furgão de Carga e Veículo Tipo Van Minibus para Transporte de Passageiros, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

**3.2.** Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal de Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

**3.3. Das especificações técnicas/quantidades do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 3.2 do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**3.4. Da garantia do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 3.4 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**3.5. Da garantia da contratação:** Ficam aquelas estabelecidas nos itens 7.4 do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**3.6. Do reajuste e supressão contratual:** Ficam aquelas estabelecidas nos itens 20 e 21 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**3.7. Da fiscalização e acompanhamento do recebimento/execução do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 8. e 10. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**3.8. Da entrega/recebimento:** Ficam aquelas estabelecidas nos itens 8.2 e 11.1 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**3.9. Do pagamento:** Ficam aquelas estabelecidas nos itens 11.2 ao 11.4 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**3.10. Da obrigação da contratada:** Ficam aquelas estabelecidas no item 18.2 do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**3.11. Da obrigação da contratante:** Ficam aquelas estabelecidas no item 18.1 do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**3.12. Dos critérios de sustentabilidade:** Ficam aquelas estabelecidas no item 7.1 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**3.13. Da gestão do contrato:** Ficam aquelas estabelecidas no item 9 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**3.14. Da assistência técnica:** Ficam aquelas estabelecidas no item 3.2 e 3.5, bem como seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

#### 4. DA QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA

4.1. Não serão registrados valores mínimos ou quantidades mínimas para faturamento e entrega inferior ao total estabelecido no quadro do subitem **3.2**, conforme item 4.4. do Anexo I – Termo de Referência.

#### 5. DA POSSIBILIDADE DE PREVISÃO DE PREÇOS DIFERENTES

5.1. **NÃO SERÁ** admitida a previsão de preços diferentes, conforme item 12.1.6. do Anexo I – Termo de Referência.

5.2. Na hipótese de o preço contratado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item contratado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço contratado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas, será facultado ao fornecedor requerer à Contratante a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.4. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço contratado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.5. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço contratado, o pedido será indeferido pela Contratante e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no Contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.6. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5. e no item 5.4., a Contratante atualizará o preço, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado, mediante Termo Aditivo.

#### 6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:

6.1.1. Envio exclusivo para o endereço eletrônico: [supelcoedu@gmail.com](mailto:supelcoedu@gmail.com);

6.1.2. Após o envio do e-mail, a licitante deverá certificar-se quanto à confirmação de recebimento pelo Núcleo de Atendimento desta Superintendência, para não tornar sem efeito, pelo telefone **(069) 3212-9243** ou ainda, concomitantemente, caso julgue necessário, protocolar o original presencialmente na SUPEL, no horário das 07h30min. às 13h30min (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470;

6.1.3. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

6.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

6.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Compras.gov.br, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

6.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### 7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

7.2. Os licitantes deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus anexos.

7.2.1. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**7.6. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:**

7.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

7.6.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

7.6.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

7.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

7.6.4. Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

7.6.5. Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme [§§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**7.6.6. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio observar o art. 15 da Lei n. 14.133, de 2021 e disposição constante no item 14 do Anexo I - Termo de Referência.**

**7.6.7 Da subcontratação:** Ficam aquelas estabelecidas no **item 7.3 e subitem do Anexo I – Termo de Referência**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

7.7. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.8. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão de seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

7.9. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar **desclassificação** ou inabilitação.

## 8. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. Na forma do Art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

8.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

8.2.1. Declaração, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#);

8.2.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.3. A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual, previsto no inciso II, do caput do artigo 3º da Lei Complementar n. 123/06, fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado, bem como do regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§ 9º-A, 10 e 12, da mesma LC 123/06.

8.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

**8.4 Nos itens/lotes destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas aplica-se o Decreto Estadual nº 21.675/2017, no que couber.**

## 9. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

9.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser encaminhado, exclusivamente por meio do sistema, quando convocado, a proposta de preço, conforme exigências do Edital.

9.2. O licitante deverá registrar sua proposta, no sistema eletrônico, observando os seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência.

9.2.1. A licitante deverá preencher o campo "marca" apenas com a marca específica do produto que deseja ofertar, sob pena de ser desclassificada caso não esteja de acordo.

9.3. Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

9.6. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema compras.gov.br não devem conter nenhuma identificação da empresa proponente, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

9.7. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta em conformidade com o **item 12.1 do Anexo I deste edital - Termo de Referência**, que somente será pública após a fase de lances.

## 10. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE

10.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO** de cada item.

10.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:

a) 1% (um por cento), quando o item licitado possuir valor estimado acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

b) 2% (dois por cento), quando o item licitado possuir valor estimado de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

10.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexistente.

10.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa Aberto, conforme **item 12.1.3 do Anexo I deste edital - Termo de Referência**.

10.8. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, controlado somente pelo sistema compras.gov.br.

10.9. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#)., nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**10.10. Persistindo o empate, será realizado SORTEIO ELETRÔNICO através do sistema ComprasGov, nos processos cadastrados a partir de 14/10/2024, em sessão pública entre as propostas empatadas, nos moldes do artigo 28, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 79.**

**10.11. Subsidiariamente a utilização do subitem 10.10, caso necessário, a sessão pública de sorteio será efetuada de forma presencial, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sendo observado os procedimentos, a saber:**

a) Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site [sorteador.com.br](#) (ou outro compatível);

b) Por ordem alfabética, será disponibilizado a indicação dos nomes das licitantes, que se encontram em situação de propostas empatadas, no site indicado na alínea "a" do subitem 10.11;

c) A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;

d) A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.

e) Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais oficiais SUPEL: <https://www.youtube.com/@supelro5251> e <https://www.instagram.com/supelrondonia/>

f) Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo;

10.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.13. Nos itens/lotos destinados à exclusividade participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos previstos no Decreto Estadual nº 21.675/2017:

a) aplica-se o disposto neste subitem nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superior ao menor preço;

b) a microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que poderá ser adjudicado o objeto em seu favor;

c) na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base na alínea "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação da alínea "a", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

e) quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência para produto nacional em relação ao produto estrangeiro previstas no Decreto Estadual 21.675/2017, a prioridade de contratação prevista neste artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, de acordo com os Decretos de aplicação das margens de preferência.

## 11. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 7 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

11.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

11.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

11.3. O (a) Pregoeiro (a) não aceitará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.

11.3.1. Sob análise do (a) Pregoeiro (a), poderá ser convocada todas as licitantes, que estejam dentro do valor estimado para contratação, para que no prazo máximo de 02 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie a proposta adequada ao último valor ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

11.3.2. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov, a proposta atualizada com o preço ou desconto, sob pena de desclassificação.

11.3.3.. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter: o valor devidamente atualizado do lance e/ ou da negociação ofertados, com a especificação completa do objeto, contendo marca/modelo/fabricante.

11.4. Para fins de aceitação da proposta o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

11.5. Quando houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

11.7. A PROPOSTA DE PREÇOS, inserida no sistema de Compras.gov.br deverá estar de acordo com o item 12.1 do Anexo I - termo de Referência.

11.9. **As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

11.9.1 A SUPEL solicitará às empresas, cujas propostas estiverem com prazo de vencimento inferior a **10 (dez) dias**, após declarada habilitada, que façam a devida atualização com o intuito de dar celeridade ao processo de adjudicação e homologação pela Unidade Gestora.

11.9.2. As propostas com prazo de vencimento superior ao mencionado no item 11.8.1., serão enviadas imediatamente à Unidade Gestora sem a referida atualização temporal, para que se dê início ao procedimento homologatório.

11.9.2.1. Quando o processo for encaminhado para homologação juntamente com a proposta atualizada, cujo prazo de vencimento seja superior a 10 (dez) dias, ficará a cargo da SUPEL informar à Unidade o prazo em dias restante para o vencimento.

11.9.3. Decorrido o prazo de vencimento da proposta sem que a Unidade Gestora promova a homologação, a esta recai a responsabilidade de solicitar às licitantes a atualização.

11.9.4. O procedimento mencionado no item 11.8.1. será dispensado nos processos em que for certificada a necessidade de prioridade de tramitação, de modo que as propostas serão encaminhadas à Unidade Gestora para os atos de homologação, desde que dentro da validade, após finalizada a fase de habilitação.

11.10. Na ocasião da homologação, caso haja divergências entre o valor constante na proposta, enviado pela licitante, e o valor final das negociações registradas no Termo de Julgamento, será considerado o registrado no Termo para fins de homologação.

## 12. DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1. Serão realizadas consultas, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU (Lei Federal 12.846/2013), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

12.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRAS.GOV TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE CLASSIFICADA.

12.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

12.4.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

12.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

12.6 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.7. O Pregoeiro, após da aceitação do(s) item(ns), convocará a licitante melhor classificada para que, no prazo de até 2 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie os documentos de habilitação.

**12.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:**

12.8.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.8.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.10. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

12.11. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

12.11.1. A prorrogação do prazo previsto no subitem 12.11. poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.11.2. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 12.4., os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

#### **12.12. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal;

d) Prova de regularidade Estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho

12.12.1. Será admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

#### **12.13. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br/>;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.

g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.13.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

#### **12.14. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**

12.14.1. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no **item 13.2.3 do Anexo I deste edital - Termo de Referência.**

#### **12.15. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

12.15.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no **item 13.2.4 do Anexo I deste Edital – Termo de Referência.**

12.16. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.16.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

#### **12.17. DAS DECLARAÇÕES:**

12.17.1. As licitantes deverão dispor as seguintes declarações:

a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação

b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

c) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas previstos na CF/88, e demais legislações correlatas.

d) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.



e) Declaração, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#).

f) Declaração, caso se enquadre, de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

g) Outras declarações eventualmente exigidas no [Anexo I deste edital - Termo de Referência](#)

12.17. Poderá ser dispensada a apresentação das documentações exigidas em sessão, desde que as mesmas se façam constar na plataforma Compras.gov.

12.18. As licitantes que deixarem de apresentar os documentos exigidos para a Habilitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

### 13. DO RECURSO

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#) após a fase de Julgamento e Habilitação, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante dentro do prazo poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, em cada fase.

13.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada imediatamente, sob pena de preclusão.

13.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.

13.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

13.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

13.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

### 14. DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior da unidade demandante para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 15. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

15.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

15.2 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

15.3 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

15.4 Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1. A licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas nos termos do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal e sanções previstas no [item 19 do Anexo I deste Edital - Termo de Referência](#).

16.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Rondônia.

### 17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento da Secretaria de Estado da Educação, conforme estabelecido no [item 17 do Anexo I deste Edital - Termo de Referência](#).

### 18. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

18.1. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, a Ata de Registro de Preços será publicada na imprensa Oficial, momento em que terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

18.2. O limites global e individual para adesões a este Sistema de Registro de Preços não poderá exceder não poderá exceder, por Órgão ou entidade, 50% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório, registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e Órgãos participantes, em conformidade com o § 4º, do art. 86, da Lei nº 14.133/2021.

18.3. O quantitativo mínimo para cada ordem de fornecimento a ser exarada pelos órgão gerenciador, participantes e não participantes poderá ser 1(uma) unidade apenas, em consonância ao [Item 8.1.3 do Anexo I deste Edital - Termo de Referência](#).

18.4. A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

18.5. Os prazos de vigência dos eventuais contratos decorrentes do registro observarão os limites previstos no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

18.7. A ata de registro de preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão o Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Lei Federal nº 14.133/2021, e as demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

18.8. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

18.9. Nos termos do Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

18.10. - É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

18.11. Por ocasião da publicação da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

18.12. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

18.12.1. Não será admitida a oferta de proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste TR, conforme dispõe o art. 82, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o fornecimento do objeto se dará de forma parcelada com entrega em diversas unidades escolares, sendo que tal permissão poderá incorrer no acréscimo do volume de contratos, por conseguinte, influenciando negativamente no gerenciamento.

18.12.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

18.12.2.1. Aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação; e

18.12.2.2. Mantiverem sua proposta original.

18.13. Para o cadastro reserva disposto no item **18.12.2.** o (a) Pregoeiro (a) realizará as convocações no chat de mensagens durante o transcurso da sessão pública.

18.14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

18.15. O registro a que se refere o item **18.12.2.** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo detentor da ata.

18.16. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será conferida quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

18.17. O preço registrado poderá ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

18.17.1. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

18.18. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

18.18.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

18.18.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

18.18.3. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

## 19. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

19.1. O registro de preço de fornecedor ou prestador de serviço será cancelado quando:

19.1.1. For atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;

19.1.2. O contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;

19.1.3. O fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;

19.1.4. Estiverem presentes razões de interesse público; e

19.1.5. Restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.

19.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, após manifestação da fiscalização contratual.

19.3. O disposto no § 1º do art. 136 do Decreto 28.874/2024 poderá ser observado nas hipóteses de cancelamento do registro, sem prejuízo da prévia negociação para obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

## 20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A qualquer momento, após a aceitação das propostas, poderão, os licitantes ser convocados a atualizar sua validade, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação.

20.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/>.

20.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

20.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

20.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

20.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/> <https://www.gov.br/compras/pt-br>

20.12. Fica o licitante incumbido de acompanhar todas as operações no sistema. Em caso de problemas técnicos/operacionais dentro da plataforma Compras.gov, deverá ser feita imediata manifestação pela empresa, direta e concomitantemente, à Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL via telefone e/ou e-mail (ambos informados no resumo deste edital), sob pena de preclusão do direito de alegação em sede recursal.

20.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 1 (uma) hora, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

20.14. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

## 21. DOS ANEXOS

21.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

**ANEXO I** – Termo de Referência (0063220654);

**ANEXO I.I** – Lista de endereços para entrega (0056439623);



**ANEXO II** – Análise e Mapa de Risco (0063061617, 0062957026);  
**ANEXO III** – Modelo de Minuta de Contrato (0063233182);  
**ANEXO IV** – SAMS (0056429082);  
**ANEXO V** – Quadro Estimativo de Preços (0057320744);  
**ANEXO VI** – Minuta da Ata de Registro de Preços e da Adesão à ata (0063619874).

Porto Velho-RO, 19 de setembro de 2025.

**RÓGER CARDOSO**  
Pregoeiro SUPEL-COEDU  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

Elaborado por:  
**Franciara S. do N. Ximenes**  
Membro da Comissão COEDU - SUPEL/RO  
Portaria nº 74/2025/GAB/SUPEL

Revisado por:  
**Róger Martins Cardoso**  
Agente de Contratação - SUPEL/RO  
Portaria nº 74/2025/GAB-SUPEL/RO



Documento assinado eletronicamente por **Róger Martins Cardoso, Pregoeiro(a)**, em 19/09/2025, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0063602483** e o código CRC **470EF1DE**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria de Estado da Educação - SEDUC  
Gerência de Aquisições - SEDUC-GEA

TERMO DE REFERÊNCIA

Nº 109/2025-GEA

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº [0029.012739/2024-21](#)

1. IDENTIFICAÇÃO

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Secretaria de Estado da Educação - SEDUC

**Unidades Requisitantes:**

Coordenadoria Administrativa - SEDUC/CAD;  
Coordenadoria Almoxarifado e Patrimônio - SEDUC/CAP;  
Gerência de Frota Oficial - SEDUC/GFO;  
Gerência de Educação Escolar Indígena - SEDUC/GEEI; e  
Coordenadoria de Infraestrutura e Obras Escolares - SEDUC-COINFRA.  
**Unidade Solicitante:** Gerência de Planejamento de Aquisições - GPA

2. INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

**2.1.** O presente Termo de Referência foi elaborado com base no Estudo Técnico Preliminar 85 (SEI nº [0062947140](#)) e Aviso 538 - Comunicado de Intenção de Registro de Preço (SEI nº [0052021459](#)), em atendimento ao disposto na Lei Federal nº14.133/21 e do Decreto Estadual nº 28.874/2024, que regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, objetivando a aquisição de bens, definindo o conjunto de elementos que nortearão o procedimento licitatório para **Formação de Registro de Preços**, através de Pregão, na forma Eletrônica.

3. DO OBJETO

**3.1.** Constitui este Termo de Referência, a **Formação de Registro de Preços** para futura e eventual aquisição de **Veículos Automotores: Veículos de Pequeno Porte, Veículos Tipo Caminhonete Pick-Up, Veículo Tipo Furgão de Carga e Veículo Tipo Van Minibus para Transporte de Passageiros**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

3.2. Da Descrição do Objeto

Item	Classe (CATMAT / CATSER)	Detalhamento do objeto	Unidade de Medida	Quantidade
01	471270	<b><u>VEÍCULO DE PEQUENO PORTE</u></b> <b>Modelo:</b> 0 (Zero) Km, ano/modelo igual ou superior a data da compra <b>Cor:</b> sólida branca <b>Tipo de Combustível:</b> Álcool / Gasolina <b>Tipo Motor:</b> Mínimo 1.3 L ou superior	Unidade	64

**Potência Motor:** Mínima 100 Cv

**Tanque de combustível:** Capacidade mínima de 45 litros;

**Tipo de Transmissão:** câmbio automático de 05 velocidades à frente e 01 a ré;

**Quantidade Portas:** 4 portas laterais e 1 porta mala

**Capacidade Passageiro:** 05 lugares

**Dimensões:** comprimento de 3,80m, largura entorno de 1,70m e altura entorno de 1,50m

**CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS, SOB RESPONSABILIDADE DA EMPRESA FORNECEDORA:**

- Air Bags frontais (dois): um para motorista e um para passageiro
- Aros estampados em aço com rodados iguais, inclusive estepe
- Pneus novos compatíveis com o desempenho do veículo
- Equipado com vidros elétricos
- Travamento automático nas 5 (cinco) portas
- ar condicionado
- Desembaçadores de para brisas (vidro Traseiro e dianteiro)
- Chaves de rodas, macaco e triângulo
- Cinto de Segurança de três pontas nos 05 (cinco) assentos
- Sistema de freio a disco ou similar
- Jogo de tapetes de borracha
- direção hidráulica ou elétrica original de fábrica
- Espelhos retrovisores esquerdos e direitos
- Rádio CD AM/FM com porta USB ou central multimídia com características semelhantes ou superiores
- Antena externa
- Alarme de fábrica ou instalado pela concessionária
- Painel de instrumento com indicador de RPM, velocidade, hodômetro total e parcial
- marcador de combustível
- indicador de temperatura e luzes de advertência
- Protetor Inferior para o motor (peito de aço)
- Chave adicional – reserva rígida
- Tomada de 12 volts
- injeção eletrônica
- Faróis de neblina original de fábrica
- Película proteção solar instalada conforme normas vigentes

· **O veículo deverá conter todos os demais equipamentos obrigatórios conforme o Código Brasileiro de Trânsito e estar em conformidade com todas as normas do PROCONVE (Programa de Controle de Poluição do ar por veículos Automotores).**

**Garantia:** mínima de 36 (trinta e seis) meses ou 100.000(cem mil) Km rodados, prestadas no Estado de Rondônia, com Assistência Técnica no mínimo em dois município no Estado de Rondônia.

**Registro:** os veículos deverão ser entregues licenciados e emplacados na categoria de veículo oficial e em nome da Secretaria de Estado da Educação - Seduc, todas as taxas e despesas quitadas (IPVA, primeiro emplacamento, jogo de placas, despachante, etc.), com o primeiro emplacamento no município de Porto Velho.

**Padronização:** os veículos deverão ser entregues plotados com a logo da Seduc e do GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. O adesivo para plotagem deverá ter Película opaca autoadesiva, branca, cast, polimérica, com impressão digital a base-solvente e com recorte eletrônico, impresso e instalado, em superfícies planas, corrugadas, com curvas simples, compostas ou complexas, para sinalização dos veículos. Deverá conter adesivos nas portas do motorista e carona e na tampa traseira.

A logo para plotagem será disponibilizada após o certame licitatório para a empresa vencedora.

**Cabe ao fornecedor:** as 03 (três) primeiras revisões técnicas sem ônus adicional à CONTRATANTE, incluindo na primeira revisão a troca dos itens constantes do plano de manutenção preventiva, conforme manual do fabricante.

02	611520	<p><b>VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP</b></p> <p><b>Modelo:</b> Cabine Dupla - 0 (Zero) Km, ano/modelo igual ou superior a data da contratação</p> <p><b>Cor:</b> sólida branca a (Art. 13 da IN SLTI/MPOG 3/2008)</p> <p><b>Tipo de Combustível:</b> Diesel S-10;</p> <p><b>Tipo Motor:</b> Mínimo 2.5 L ou superior;</p> <p><b>Potência Motor:</b> entre 170 e 300 cv;</p> <p><b>Tanque de combustível:</b> Capacidade mínima de 75 litros;</p> <p><b>Tipo de Tração:</b> 4x4 Controle de Tração</p> <p><b>Tipo de Transmissão:</b> Manual mínima de 05 velocidades à frente e 01 a ré;</p> <p><b>Sistema de freios:</b> A disco nas rodas dianteiras e disco ou tambor nas rodas traseiras, com sistema ABS nas 04 rodas e sistema de distribuição eletrônica.</p> <p><b>Suspensão dianteira:</b> independente, braços sobrepostos ou braço duplo com barra estabilizadora</p> <p><b>Indicador de Temperatura</b></p> <p><b>Indicador do nível de combustível</b></p> <p><b>Limpador com temporizador e lavador elétrico do para-brisas dianteiro.</b></p> <p><b>Suspensão traseira:</b> independente, multibraço ou multilink, com molas helicoidais e eixo rígido com barra estabilizadora</p> <p><b>Compartimento de carga</b> tipo caçamba (separado do local dos ocupantes) com protetor integral, inclusive borda, e capota marítima</p> <p><b>Quantidade Portas:</b> 4 portas laterais</p> <p><b>Capacidade Passageiro:</b> 05 lugares</p> <p><b>Cinto de segurança:</b> 3 pontos(para todos os ocupantes);</p> <p><b>Bancos dianteiros individuais</b> - Com regulagem de altura, distância e inclinação do encosto, com apoio para cabeça ajustáveis em altura;</p> <p><b>Bancos traseiros</b> com apoio de cabeças;</p> <p><b>Vidro (dianteiros e traseiros),</b> retrovisores externos e trava das portas elétricos, com fechamento automático dos vidros ao acionar o travamento de portas;</p> <p><b>Ar condicionado;</b></p> <p><b>Direção hidráulica ou elétrica;</b></p> <p><b>Gancho para reboque frontal e traseiro</b></p> <p><b>Carga Útil:</b> Mínimo 1.000 Kg</p> <p><b>Rodas de aço ou de liga leve:</b> Medidas compatíveis com o pneu off road, inclusive índices de velocidade e carga suportada.</p> <p><b>ITENS DE SÉRIE:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>· Câmera ré e kit multimídia instalado no painel dianteiro;</li><li>· Faróis auxiliares de milha e de neblina originais de fábrica, admitindo-se adaptação por empresa autorizada pelo fabricante, desde que tal item não seja disponibilizado como original de fábrica em outra versão do veículo.</li><li>· Travamento automático das portas na chave;</li><li>· Estribo</li><li>· Tapete de borracha interno;</li><li>· Alarme antifurto;</li><li>· Airbag duplo (No mínimo motorista e passageiro);</li><li>· Assistentes de subida (HAC) e descida (DAC)</li><li>· Protetor da caçamba e da tampa da caçamba, de cor preta, fabricado em material de alta resistência contra raios UV, óleo e produtos químicos. Resistente a altas e baixas temperaturas, sem ocasionar rachaduras, com drenos para escoamento de líquidos. O protetor de caçamba instalado deve ser o mesmo presente em alguma versão deste veículo vendido pela fábrica</li></ul> <p><b>CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS, SOB RESPONSABILIDADE DA EMPRESA FORNECEDORA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>· Capota Marítima (Proteção de produtos e pertencer dos ocupantes - Para cobertura completa da caçamba, com estrutura em alumínio, inclusive os suportes transversais. Fixada por meio de baguetes de encaixe ou fivelas, não podendo ser perfurada a carroceria do veículo para sua colocação) *;</li></ul>	Unidade	14
----	--------	---	---------	----

		<ul style="list-style-type: none"><li>· <b>Engate traseiro: (equipamento usual, que permite prestar rebocar carreta de auxílio logístico</b> - Instalado na parte traseira do veículo, dotado de sistema elétrico completo e bocal tipo "macho - fêmea", e de acordo com a resolução nº 197/06 do CONTRAN que regulamenta o dispositivo de acoplamento mecânico para reboques em veículo com PBT de até 3.500 kg; *</li><li>· <b>Protetor de Carter</b> (Confeccionado em chapa metálica, com espessura não inferior a 2 mm, a ser instalado de forma a proteger toda a extensão do cárter); *</li><li>· <b>Santo Antônio ou Barra de Proteção</b> (com grade de proteção do vidro traseiro - Item de segurança e proteção tanto da viatura quanto de seus usuários) em caso de capotamento ("Santo Antônio") - fixada à estrutura do veículo;</li><li>· <b>Protetor de Carter</b> (Confeccionado em chapa metálica, com espessura não inferior a 2 mm, a ser instalado de forma a proteger toda a extensão do cárter);</li><li>· <b>Para-choque quebra mato</b> (Estrutura em metal, com proteção gradeada dos faróis na parte frontal do veículo. A instalação não pode interferir no funcionamento do sistema de retenção suplementar (air bag));</li><li>· <b>Snorkel</b> (em caso de deslocamento em terreno alagado, este equipamento permite ao veículo "respirar" debaixo d'água, e prosseguir o deslocamento);</li><li>· <b>Pneus lameiros</b>, tipo off road (Os pneus devem suportar o peso do veículo e resistir às sobrecargas dinâmicas produzidas em aceleração e frenagem, pavimentação precária e buracos. Transmitir a potência útil do motor, os esforços em curva, na aceleração e na frenagem. Rodar regularmente, de forma segura, proporcionar uma condução do veículo com precisão, em grande variedade de solos e condições climáticas - Item a ser adicionado para enfrentamento terrenos escorregadios, atoleiros, pedregulhos etc.);</li><li>· <b>Guincho elétrico</b> (É um Equipamento essencial, eficiente para ser usado para retirar veículo atolado - Instalado frontalmente, preferencialmente de marca nacional, rápido, com capacidade mínima de içar ou puxar do dobro do peso do veículo, peso 40 a 48 Kg, cabo de aço mínimo 30 metros);</li><li>· <b>Rack bagageiro de Teto</b> (para auxiliar no transporte de equipamentos e fixação aérea das pranchas de desencalhe); e,</li><li>· <b>Prancha de desencalhe</b> (Equipamento a ser adicionado e serve para desencalhar o veículo em buracos e desníveis).</li><li>· <b>O veículo deverá conter todos os demais equipamentos obrigatórios conforme o Código Brasileiro de Trânsito e estar em conformidade com todas as normas do PROCONVE (Programa de Controle de Poluição do ar por veículos Automotores).</b></li></ul> <p><b>Garantia:</b> mínima de 36 (trinta e seis) meses ou 100.000(cem mil) Km rodados, prestadas no Estado de Rondônia, com Assistência Técnica no mínimo em dois município no Estado de Rondônia. Tanque cheio.</p> <p><b>Registro:</b> os veículos deverão ser entregues licenciados e emplacados na categoria de veículo oficial e em nome da Secretaria de Estado da Educação - Seduc, todas as taxas e despesas quitadas (IPVA, primeiro emplacamento, jogo de placas, despachante, etc.), com o primeiro emplacamento no município de Porto Velho.</p> <p><b>Padronização:</b> os veículos deverão ser entregues plotados com a logo da Seduc e do GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. O adesivo para plotagem deverá ter Película opaca autoadesiva, branca, cast, polimérica, com impressão digital a base-solvente e com recorte eletrônico, impresso e instalado, em superfícies planas, corrugadas, com curvas simples, compostas ou complexas, para sinalização dos veículos. Deverá conter adesivos nas portas do motorista e carona e na tampa traseira.</p> <p>A logo para plotagem será disponibilizada após o certame licitatório para a empresa vencedora.</p> <p><b>Cabe ao fornecedor:</b> as 03 (três) primeiras revisões técnicas sem ônus adicional à CONTRATANTE, incluindo na primeira revisão a troca dos itens constantes do plano de manutenção preventiva, conforme manual do fabricante.</p>		
03	483232	<p><b>VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP</b></p> <p><b>Modelo:</b> 0 (Zero) Km, ano/modelo igual ou superior a data da compra;</p> <p><b>Cor:</b> sólida branca;</p> <p><b>Tipo de Combustível:</b> Diesel S-10;</p> <p><b>Tipo Motor:</b> Mínimo 2.5 L ou superior;</p> <p><b>Potência Motor:</b> entre 170 e 300 cv;</p> <p><b>Tanque de combustível:</b> Capacidade mínima de 70 litros;</p> <p><b>CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA:</b> 1001kg;</p> <p><b>Tipo de Transmissão:</b> câmbio automático de 05 velocidades à frente e 01 a ré;</p> <p><b>Capacidade Passageiro:</b> 05 lugares;</p> <p><b>Tração:</b> 4x4;</p> <p><b>Dimensões:</b> comprimento de 5 a 6 metros, largura entorno de 1,80m e altura entorno de 1,80m;</p> <p><b>CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS, SOB RESPONSABILIDADE DA EMPRESA FORNECEDORA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>· Com carroceria aberta na parte traseira e uma cabine fechada na frente com quatro portas;</li><li>· Air Bags frontais (dois): um para motorista e um para passageiro;</li><li>· Aros estampados em aço com rodados iguais, inclusive estepe;</li><li>· Pneus novos compatíveis com o desempenho do veículo; Equipado com vidros elétricos;</li></ul>	Unidade	72

		<ul style="list-style-type: none"> <li>· Travamento automático nas 4 (quatro) portas; ar condicionado;</li> <li>· Desembaçadores de para brisas (vidro Traseiro e dianteiro);</li> <li>· Cinto de Segurança de três pontas nos 05 (cinco) assentos;</li> <li>· Sistema de freio a disco ou similar;</li> <li>· Jogo de tapetes de borracha;</li> <li>· Direção hidráulica ou elétrica original de fábrica;</li> <li>· Alarme de fábrica ou instalado pela concessionária;</li> <li>· Painel de instrumento com indicador de RPM, velocidade, hodômetro total e parcial;</li> <li>· Marcador de combustível;</li> <li>· Indicador de temperatura e luzes de advertência;</li> <li>· Protetor Inferior para o motor (peito de aço);</li> <li>· Chave adicional – reserva rígida;</li> <li>· Injeção eletrônica;</li> <li>· Faróis de neblina original de fábrica;</li> <li>· Película proteção solar instalada conforme normas vigentes;</li> <li>· <b>O veículo deverá conter todos os demais equipamentos obrigatórios conforme o Código Brasileiro de Trânsito e estar em conformidade com todas as normas do PROCONVE (Programa de Controle de Poluição do ar por veículos Automotores).</b></li> </ul> <p><b>Garantia:</b> mínima de 36 (trinta e seis) meses ou 100.000(cem mil) Km rodados, prestadas no Estado de Rondônia, com Assistência Técnica no mínimo em dois município no Estado de Rondônia.</p> <p><b>Registro:</b> os veículos deverão ser entregues licenciados e emplacados na categoria de veículo oficial e em nome da Secretaria de Estado da Educação - Seduc, todas as taxas e despesas quitadas (IPVA, primeiro emplacamento, jogo de placas, despachante, etc.), com o primeiro emplacamento no município de Porto Velho.</p> <p><b>Padronização:</b> os veículos deverão ser entregues plotados com a logo da Seduc e do GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. O adesivo para plotagem deverá ter Película opaca autoadesiva, branca, cast, polimérica, com impressão digital a base-solvente e com recorte eletrônico, impresso e instalado, em superfícies planas, corrugadas, com curvas simples, compostas ou complexas, para sinalização dos veículos. Deverá conter adesivos nas portas do motorista e carona e na tampa traseira.</p> <p>A logo para plotagem será disponibilizada após o certame licitatório para a empresa vencedora.</p> <p><b>Cabe ao fornecedor:</b> as 03 (três) primeiras revisões técnicas sem ônus adicional à CONTRATANTE, incluindo na primeira revisão a troca dos itens constantes do plano de manutenção preventiva, conforme manual do fabricante.</p>		
04	611199	<p><b><u>VEÍCULO TIPO FURGÃO DE CARGA</u></b></p> <p><b>Modelo:</b> 0 (Zero) Km, ano/modelo igual ou superior a data da compra;</p> <p><b>cor:</b> branca,</p> <p><b>Portas:</b> duas portas laterais dianteiras, uma porta lateral deslizante e sem vidro, duas portas traseiras, com abertura lateral a 270º; compartimento de carga isolado da cabine do motorista;</p> <p><b>Motor:</b> DIESEL turbo alimentado,</p> <p><b>Potência:</b> 120 CV;</p> <p><b>Torque:</b> 30 KGFM;</p> <p><b>Transmissão:</b> Mecânica manual, 5 marchas avante e 1 a ré;</p> <p><b>Embreagem:</b> Monodisco com acionamento hidráulico;</p> <p><b>Freio de marcha:</b> Hidráulico, servoassistido com ABS a disco nas 4 rodas;</p> <p><b>Freio de estacionamento mecânico</b> nas rodas traseiras, acionamento a cabo;</p> <p><b>Tração traseira;</b></p> <p><b>Rodas padrão aro 15”;</b></p> <p><b>Couraça protetora de cárter e câmbio;</b></p> <p><b>Capacidade de carga</b> – Volume: 7 m³;</p> <p><b>Capacidade de carga útil</b> – Peso: 1.200 Kg;</p> <p><b>Capacidade de lotação humana:</b> 3 pessoas (Motorista + acompanhantes);</p>	Unidade	9



		<p><b>Airbag</b> para motorista e acompanhante;</p> <p><b>Direção servo assistida</b>, volante com ajuste de altura e profundidade;</p> <p><b>Sistema elétrico 12V</b>;</p> <p><b>Vidros com acionamento elétrico nas portas dianteiras</b>;</p> <p><b>Espelhos retrovisores</b> com comando elétrico; Trava elétrica das portas;</p> <p><b>Ar condicionado</b> na cabine do motorista;</p> <p>Faróis de neblina com assistente direcional;</p> <p><b>Piso do compartimento de carga</b> em compensado naval 20 mm envernizado e com 6 olhais de aço para ancoragem de amarração de carga; Cintos de segurança 3 pontos e demais equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN;</p> <p><b>O veículo deverá conter todos os demais equipamentos obrigatórios conforme o Código Brasileiro de Trânsito e estar em conformidade com todas as normas do PROCONVE (Programa de Controle de Poluição do ar por veículos Automotores).</b></p> <p><b>Garantia:</b> mínima de 36 (trinta e seis) meses ou 100.000(cem mil) Km rodados, prestadas no Estado de Rondônia, com Assistência Técnica no mínimo em dois município no Estado de Rondônia.</p> <p><b>Registro:</b> os veículos deverão ser entregues licenciados e emplacados na categoria de veículo oficial e em nome da Secretaria de Estado da Educação - Seduc, todas as taxas e despesas quitadas (IPVA, primeiro emplacamento, jogo de placas, despachante, etc.), com o primeiro emplacamento no município de Porto Velho.</p> <p><b>Padronização:</b> os veículos deverão ser entregues plotados com a logo da Seduc e do GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. O adesivo para plotagem deverá ter Película opaca autoadesiva, branca, cast, polimérica, com impressão digital a base-solvente e com recorte eletrônico, impresso e instalado, em superfícies planas, corrugadas, com curvas simples, compostas ou complexas, para sinalização dos veículos. Deverá conter adesivos nas portas do motorista e carona e na tampa traseira.</p> <p>A logo para plotagem será disponibilizada após o certame licitatório para a empresa vencedora.</p> <p><b>Cabe ao fornecedor:</b> as 03 (três) primeiras revisões técnicas sem ônus adicional à CONTRATANTE, incluindo na primeira revisão a troca dos itens constantes do plano de manutenção preventiva, conforme manual do fabricante.</p>		
05	298354	<p><b><u>VEÍCULO TIPO VAN MINIBUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS</u></b></p> <p><b>Modelo:</b> 0 (Zero) Km, ano/modelo igual ou superior a data da compra;</p> <p><b>Capacidade de lotação:</b> 16 (dezesseis) lugares (15 + 1), 0 Km;</p> <p>Cor: branca;</p> <p>potência mínima: 130 CV;</p> <p><b>Motor:</b> DIESEL turbo alimentado;</p> <p>Ar condicionado atendendo todo espaço útil dos veículos;</p> <p><b>Transmissão:</b> Mecânica manual, 5 marchas avanti e 1 a ré;</p> <p><b>Direção assistida:</b> hidráulica ou elétrica;</p> <p><b>Portas corrediças,</b></p> <p><b>Freios ABS;</b></p> <p><b>Airbag motorista;</b></p> <p><b>Vidros e travas elétricos;</b></p> <p><b>Teto alto;</b></p> <p><b>Tacógrafo;</b></p> <p><b>central multimídia</b> (incluído Tela para passageiros);</p> <p><b>Câmera de ré,</b></p> <p><b>Película de vidro conforme CTB,</b></p> <p><b>Tapetes de borracha</b> para a motorista e demais acessórios básicos (todos os itens de série de fábrica), incluindo luz de rodagem diurna e equipamentos exigidos pelo CONTRAN <b>e estar em conformidade com todas as normas do PROCONVE (Programa de Controle de Poluição do ar por veículos Automotores).</b></p> <p><b>Garantia:</b> mínima de 36 (trinta e seis) meses ou 100.000(cem mil) Km rodados, prestadas no Estado de Rondônia, com Assistência Técnica no mínimo em dois município no Estado de Rondônia.</p> <p><b>Registro:</b> os veículos deverão ser entregues licenciados e emplacados na categoria de veículo oficial e em nome da Secretaria de Estado da Educação - Seduc, todas as taxas e despesas quitadas (IPVA, primeiro emplacamento, jogo de placas, despachante, etc.), com o primeiro emplacamento no município de Porto Velho.</p> <p><b>Padronização:</b> os veículos deverão ser entregues plotados com a logo da Seduc e do GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. O adesivo para plotagem deverá ter Película opaca autoadesiva, branca, cast, polimérica, com impressão digital a base-solvente e com recorte eletrônico, impresso e instalado, em superfícies planas, corrugadas, com curvas simples, compostas ou complexas, para sinalização dos</p>	Unidade	40

		veículos. Deverá conter adesivos nas portas do motorista e carona e na tampa traseira. A logo para plotagem será disponibilizada após o certame licitatório para a empresa vencedora. <b><u>Cabe ao fornecedor:</u></b> as 03 (três) primeiras revisões técnicas sem ônus adicional à CONTRATANTE, incluindo na primeira revisão a troca dos itens constantes do plano de manutenção preventiva, conforme manual do fabricante.		
--	--	---	--	--

- 3.2.1. As especificações do objeto descritas acima, têm precedência sobre os códigos extraídos do Catálogo de Materiais (CATMAT) do ComprasGov.
- 3.2.2. Em caso de qualquer inconsistência ou discordância entre as duas fontes, as especificações fornecidas devem ser consideradas como as corretas e prevalecerão para todos os fins contratuais e procedimentos relacionados.
- 3.2.3. Cada Unidade participante por meio de Intenção de Registro de Preços - IRP, é responsável pela disponibilização de sua arte (logomarca), para plotagem, conforme referenciada na descrição do objeto.

**3.3. Da Forma de Apresentação do Produto**

- 3.3.1. Os veículos deverão ser novos, sem uso anterior, entregues devidamente emplacados e em observância as demais condições descritas no subitem 3.2., acima, inclusive juntamente com a Nota Fiscal, o manual do proprietário, chave reserva, termo de garantia, Certificado de Registro de Veículo -CRV e Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo, Seguro DPVAT do exercício atual pagos.
- 3.3.2. Os veículos devem estar em conformidade com as normas técnicas e regulamentações vigentes, garantindo sua adequação aos padrões de segurança e qualidade estabelecidos pelos órgãos regulamentadores.

**3.4. Da Garantia dos produtos**

- 3.4.1. A garantia do objeto desta aquisição, contra qualquer defeito de funcionamento, fabricação, reposição de peças, mão de obra no local e no que diz respeito à falhas ou defeitos ocultos existente no objeto passível de os tornarem impróprios ao uso a que se destina ou lhe diminuir sensivelmente o valor, de tal modo que o ato negocial não se realizaria se esses defeitos fossem conhecidos; será em prazo não inferior a **36** (trinta e seis) meses, prevalecendo a garantia oferecida pelo fabricante se o prazo for superior, contados a partir da data de recebimento definitivo, devendo o licitante, em sua proposta, descrever os termos da garantia adicional oferecida pelo fabricante bem como fazer constar as assistências técnicas credenciadas e autorizadas a prestar o serviço de garantia no Estado de Rondônia.
- 3.4.2. A garantia do produto, inclusive quanto aos acessórios, de série ou não, no prazo mínimo estipulado no item anterior, compreende o prazo de garantia estabelecido no art. 26, inciso II do Código de Defesa do Consumidor – CDC Lei nº. 8.078 de 11/09/90, somado ao prazo de garantia estendida/adicional, usualmente ofertada pelo fabricante, conforme faculta o art. 50, da mencionada Lei e não desonera a Contratada de cumprir outras obrigações, inclusive, os encargos previstos neste instrumento.
- 3.4.3. Sendo evidenciado defeito em prazo igual ou inferior a 7 (sete) dias corridos, o bem deverá ser substituído pelo contratado, no prazo de até 30 dias, por outro bem, novo, sem uso;
- 3.4.4. Sendo evidenciado defeito em prazo superior a 7 (sete) dias, o problema será sanado pela assistência técnica na forma estabelecida no **subitem 3.5.** e seguintes;
- 3.4.5. Toda e qualquer despesa decorrente da execução das condições de garantia ou assistência técnica ficará inteiramente a cargo da empresa fornecedora, bem como a responsabilidade pelo produto e/ou seus componentes que estiverem sob sua guarda, ou sob a guarda da Assistência Técnica credenciada, arcando com quaisquer danos;
- 3.4.6. A critério da Administração, o fornecedor deverá substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o produto com avarias ou defeitos.

**3.5. Da Assistência Técnica**

- 3.5.1. Os veículos e sua estrutura fornecidos, deverão possuir assistência técnica, por meio de rede credenciada ou autorizada da marca ofertada, com o mesmo prazo da garantia, para atender as necessidades técnicas, pactuados em pelo menos dois postos no Estado de Rondônia, devendo haver indicação contendo a razão social, o endereço e o telefone dos responsáveis pela execução da garantia e assistência técnica na PROPOSTA DE PREÇOS.
- 3.5.2. A exigência de postos de assistência técnica no Estado de Rondônia, em no mínimo dois municípios, possui fundamento técnico, operacional e jurídico, deste modo, a manutenção dessa condição se justifica pelos seguintes aspectos:
- 3.5.3. Eficiência e vantagem a exigência está amparada no princípio da eficiência (art. 11 da Lei nº 14.133/2021) e na busca pela vantagem da contratação (art. 5º do Decreto Estadual nº 28.874/2024), garantindo que os veículos possam receber manutenção de forma rápida e adequada durante o período de garantia.
- 3.5.4. Redução de custos para o Estado e para o fornecedor a presença de assistência técnica no próprio território estadual, e distribuída em pelo menos dois municípios, evita deslocamentos interestaduais ou de longas distâncias dentro do Estado, reduzindo custos com transporte, diárias, combustível e tempo de deslocamento, tanto para a Administração quanto para o fornecedor responsável pelos reparos.
- 3.5.5. Menor tempo de indisponibilidade da frota proximidade dos postos de atendimento significa menos tempo com o veículo parado, assegurando a continuidade das atividades administrativas e pedagógicas que dependem diretamente do transporte.
- 3.5.6. Atendimento às peculiaridades logísticas de Rondônia a SEDUC atua em 52 municípios, muitos de difícil acesso. A exigência de no mínimo dois municípios com atendimento assegura cobertura mínima que contempla a capital e o interior, ampliando a eficiência do contrato.
- 3.5.7. Celeridade e mitigação de riscos garantir a manutenção dentro do Estado acelera o tempo de resposta durante a vigência da garantia, evitando paralisações prolongadas e diminuindo o risco de interrupção dos serviços educacionais.
- 3.5.8. Alinhamento com práticas de mercado e experiências anteriores essa exigência já foi prevista em aquisições análogas pela própria SEDUC, conforme, processo administrativo [0029.488330/2020-59](#) e por outros órgãos estaduais, especialmente quando se trata de veículos e equipamentos com ampla rede autorizada, não havendo histórico de prejuízo à competitividade.
- 3.5.9. Os serviços de assistência técnica deverão ser providos pelo fabricante ou rede autorizada e poderá, a critério da CONTRATANTE, ser solicitado à CONTRATADA intermediar e acompanhar a resolução do chamado e informar à CONTRATANTE do status de resolução;
- 3.5.10. Aplicam-se subsidiariamente ao Contrato Administrativo, naquilo que couber, as cláusulas estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor – CDC Lei nº. 8.078 de 11/09/90.

#### 4. NATUREZA DO FORNECIMENTO

4.1. O objeto desta contratação é caracterizado como bem comum, nos termos do art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/21.

4.2. Os contratos oriundos do Registro de Preços, poderão ser prorrogados, em conformidade com o disposto no art. 107, da Lei nº. 14.133/2021, observada a conveniência e oportunidade.

4.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

4.4. **Quantidade mínima para cotação:** Não será facultado para o objeto em tela, conforme previsto no art. 82, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a cotação de quantidade inferior ao total estabelecido no quadro do subitem 3.2, por entender que não há viabilidade técnica.

#### 5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A fundamentação da contratação, objeto pretendido e de seus quantitativos encontram-se pormenorizadas no Documento de Formalização de Demanda - DFD 57 (SEI nº [0049439103](#)) e Estudo Técnico Preliminar 85 (SEI nº [0062947140](#)), apêndice deste Termo de Referência, bem como, nos respectivos termos de Manifestação de Interesse, acostados aos autos e consolidados conforme Planilha consolidada (SEI nº [0053015595](#)).

5.2. A respectiva contratação, no que concerne aos quantitativos estimados por esta SEDUC, está prevista no Plano Anual de Contratações 2024 ([0047155250](#)), no resumo das contratações subitem 3.2., Materiais Permanentes, item 27 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA FROTA OFICIAL.

5.2.1. As contratações estimadas pelos demais órgãos participantes são de competência de cada ente e encontra-se previsto nos respectivos termos de Manifestação de Interesse.

5.3. Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução dos serviços/fornecimento dos produtos.

5.4. No caso em tela, trata-se de aquisição que dar-se-á por meio do Sistema de Registro de Preços e tal opção fundamenta-se por se enquadrar nos incisos de I a IV, do art. 116, do Decreto nº 28.874/2024, conforme fundamentado no Estudo Técnico Preliminar 85 (SEI nº [0062947140](#)).

#### 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO BEM

6.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no item 9, do Estudo Técnico Preliminar 85 (SEI nº [0062947140](#)), anexo deste Termo.

##### 6.2. Do Parcelamento do Objeto

6.2.1. A justificativa quanto ao parcelamento ou não, do objeto, encontra-se definida no item 12, do Estudo Técnico Preliminar 85 (SEI nº [0062947140](#)), restando entendido que o certame poderá ser organizado em itens individuais, objetivando ampliar a disputa.

#### 7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### 7.1. Da Sustentabilidade

7.1.1. Conforme disposto no Estudo Técnico Preliminar 85 (SEI nº [0062947140](#)), os veículos adquiridos devem atender aos limites máximos de emissão de poluentes estabelecidos pelo Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE) - Fase P7. Além disso, é preferível optar por veículos dotados de tecnologias que permitam a redução da emissão de gases e substâncias poluentes, como motores mais eficientes e sistemas de controle de emissões.

##### 7.2. Do declínio da apresentação da amostra

7.2.1. Para o objeto deste TR, a aceitação das propostas não está condicionada a apresentação de amostras, considerando a natureza física do objeto, a padronização do produto, é possível identificar características essenciais por meio de catálogos e fichas técnicas, bem como, havendo impasse, por ocasião da aceitação da proposta, a título de diligência, a critério da Contratante, poderá ser solicitado da proponente a indicação de representante local da marca proposta para realização de "*test drive*".

##### 7.3. Da Subcontratação

7.3.1. É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto contratual, considerando que o mesmo é de natureza comum, de uso cotidiano, facilmente encontrado no mercado de pequeno, médio ou grande porte, bem como, não apresenta nível de complexidade que impeça sua execução sem que haja a necessidade de intermediários.

##### 7.4. Da Garantia da Contratação

7.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, em razão da natureza do objeto e a forma de entrega.

#### 8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

##### 8.1. Do Local de Entrega

8.1.1. Os bens estimados para atender à SEDUC/RO, deverão ser entregues à Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio (SEDUC-CAP), que é responsável, dentre outros, pelo armazenamento, controle de estoque e distribuição dos materiais à destinação final. As entregas dos equipamentos deverão ser efetuadas mediante prévio agendamento junto a SEDUC-CAP, no seguinte local:

**Endereço:** Rua Uruguai, nº 3457, Bairro Industrial, CEP: 76.821-010, em Porto Velho-RO.

**Horário de atendimento:** segunda à sexta-feira, no horário das 07h30 às 13h30.

**Telefone:** (69) 3212-8215 e (69) 3212-8216 - Gerente de Apoio, Logística e Distribuição (SEDUC-GALD/CAP).

**E-mail:** [gald@seduc.ro.gov.br](mailto:gald@seduc.ro.gov.br)

8.1.1.1. As entregas sem agendamento somente serão aceitas, excepcionalmente, desde que não prejudique os demais serviços/fornecimentos, a critério do CAP/SEDUC.

8.1.2. **As entregas referentes aos bens estimados para atender aos demais órgãos participantes, deverão se dar nos respectivos endereços informados nos termos de Manifestação de Interesse, conforme relacionados no Anexo IV, deste Termo.**

8.1.3. Em atendimento ao disposto no art. 121, inciso IV, a solicitação de fornecimento poderá ser 1(uma) unidade apenas.

## **8.2. Da Condições de entrega**

8.2.1. O prazo de entrega dos bens é de **até 30 (trinta) dias úteis**, contados a partir do primeiro dia útil após o recebimento da Nota de Empenho, ou outro documento equivalente, em remessa única, devidamente embalado, sem avarias.

8.2.2. O prazo de entrega somente poderá ser prorrogado mediante o cumprimento, pela Contratada, dos seguintes requisitos cumulativos:

- a) Solicitação de prorrogação protocolada dentro do prazo de entrega dos materiais/bens;
- b) Comprovação documental da ocorrência de motivo imprevisível (caso fortuito, força maior ou fato do príncipe), ocorrido depois da apresentação de sua proposta, que tenha correlação direta de causa e efeito sobre a necessidade do atraso.

8.2.3. Não se admitirá prorrogação se:

- a) O atraso ocorrer por culpa da contratada;
- b) Se não cumprir os requisitos do item 8.2.2; ou
- c) Houver interesse público devidamente justificado nos autos que demonstre ser a escolha mais vantajosa para a administração.

8.2.4. Ocorrendo recusa ou atraso na entrega total ou parcial do bem, o responsável pela fiscalização do contrato se obriga por força do Art. 4º da Lei Estadual nº. 2.414/11, a produzir parecer técnico e o encaminhará ao ordenador de despesas para instauração de procedimento administrativo, instrução dos autos para fins de penalização da contratada e inserção no *"Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual"*.

8.2.5. Qualquer solicitação por parte da Contratada deverá ser dirigida ou entregue à Secretaria Requisitante, de segunda à sexta-feira, no horário das 7h30min às 13h30min.

## **9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

9.1. O prazo de **vigência do (s) contrato (s)**, oriundos da Ata de Registro de Preços, será de **até 12(doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato ou recebimento de documento equivalente.

9.1.1. Em conformidade com o disposto no art. 107, da Lei nº 14.133/2021, somente poderão ser prorrogados os contratos para fornecimento continuado.

9.2. A Administração convocará regularmente o interessado para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, para no local indicado, **assinar** o instrumento de Contrato, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contado da data da ciência ao chamamento, nas condições estabelecidas no respectivo Termo de Referência, Instrumento Convocatório e anexo sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90, da Lei n.º 14.133/2021.

9.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas do Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, da Lei nº 14.133, de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá, caso julgue necessário, convocar o representante da contratada para reunião inicial que tratará, no que couber, da apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, da transferência de posse e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.7. No decorrer da execução deverão ser observadas, quando necessário, a adoção de medidas preventivas e/ou mitigadoras, sugeridas na Análise de Riscos 47 (SEI nº [0063061617](#)).

## **10. Da Fiscalização**

10.1. De acordo com o art. 22, do Decreto nº 28.874/2021, a função de fiscal de contrato caberá as seguintes atribuições:

- a) conhecer o termo de contrato e todos os seus Anexos, especialmente o Projeto Básico ou o Termo de Referência, certificando-se de que a contratada está cumprindo todas as obrigações assumidas;
- b) confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;
- c) acompanhar e analisar os testes, ensaios, exames e provas necessários ao controle de qualidade dos materiais, quando houver;
- d) informar ao gestor ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros; e

### **10.2. Da Fiscalização Técnica**

10.2.1. Compete ao Fiscal Técnico, naquilo que se aplicar ao presente objeto:

- a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- d) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
- g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial, sob coordenação do gestor do contrato;
- i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;
- j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- k) verificar se estão sendo atendidas as especificações contidas nos planos, projetos, planilhas, memoriais descritivos, especificações técnicas, projeto básico, termo de referência, assim como os prazos de execução e de conclusão, devendo solicitar ao preposto da contratada a correção de imperfeições detectadas;
- l) a execução do objeto contratual, proceder a sua medição e recebê-lo, pela formalização da atestação;
- m) recusar serviço ou fornecimento irregular ou em desacordo com as condições previstas no edital de licitação, na proposta da contratada e no instrumento de contrato e seus Anexos;
- n) averiguar se é a contratada quem executa o contrato e certificar-se de que não existe cessão ou subcontratação fora das hipóteses legais e previstas no contrato;
- o) dar ciência ao gestor, com antecedência razoável, da possibilidade de não haver a conclusão do objeto na data aprazada, com as justificativas pertinentes;
- p) comunicar ao gestor de contratos, a necessidade de se realizar acréscimos ou supressões no objeto contratado, com vistas à economicidade e à eficiência na execução contratual;
- q) confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;

### **10.3. Da Fiscalização Administrativa**

10.3.1. O fiscal administrativo do contrato tem como competência, naquilo que se aplicar ao presente objeto:

- a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- b) certificar-se de que a contratada mantém, durante toda execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e/ou na contratação, solicitando os documentos necessários a esta constatação, com especial atenção para a regularidade trabalhista e previdenciária;
- c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial, sob coordenação do gestor do contrato;
- f) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;
- g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo;
- h) receber e conferir a nota fiscal emitida pela contratada, atestando a efetiva realização do objeto contratado, na quantidade e qualidade contratada, para fins de pagamento das faturas correspondentes;
- i) nos casos de requerimento de revisão contratual, exigir a comprovação dos custos suportados pelo contratado através de notas fiscais, realizando análise crítica da compatibilidade dos preços com a realidade de mercado constatada junto a outras fontes;
- j) receber todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e encaminhá-los, juntamente com a nota fiscal, para o gestor do contrato que, após conferência, remeterá a documentação para o setor responsável pelo pagamento, em tempo hábil, de modo que o pagamento seja efetuado no prazo adequado;

### **10.4. Gestor do Contrato**

10.4.1. Assim, de acordo com o art. 21 do Decreto n.º 28.874/2024, caberá ao gestor do contrato as seguintes atribuições:

- a) instruir o processo com os documentos necessários às alterações contratuais, inclusive controlando os limites aplicáveis, e encaminhá-lo à autoridade superior para decisão;
- b) encaminhar o requerimento de prorrogação do prazo de execução do objeto ou da vigência do contrato à autoridade competente, instruindo o processo com manifestação conclusiva e dados que comprovem o impedimento do cumprimento do prazo pela contratada;
- c) controlar o prazo de vigência do contrato e de execução do objeto, assim como de suas etapas e demais prazos contratuais, recomendando, com antecedência razoável, à autoridade competente, quando for o caso, a deflagração de novo procedimento licitatório ou a prorrogação do prazo, instruindo o processo com a documentação necessária;
- d) prover o fiscal do contrato das informações e dos meios necessários ao exercício das atividades de fiscalização e supervisionar as atividades relacionadas ao adimplemento do objeto contratado;

- e) comunicar à autoridade competente as irregularidades cometidas pela contratada, sugerindo, quando for o caso, a imposição de sanções contratuais e/ou administrativas, conforme previsão contida no edital e/ou instrumento contratual ou na legislação de regência;
- f) adotar as medidas preparatórias para a aplicação de sanções e de rescisão contratual, conforme previsão contida no edital e/ou instrumento contratual ou na legislação de regência, cabendo à autoridade competente a deflagração do respectivo procedimento, a notificação da contratada para a apresentação de defesa e a decisão final;
- g) promover o controle das garantias contratuais, inclusive no que se refere à juntada de comprovante de recolhimento e adequação da sua vigência e do seu valor;
- h) propor, formalmente, à autoridade competente, a liberação da garantia contratual em favor da contratada nos prazos regulamentares;
- i) receber as notas fiscais atestadas pelo(s) fiscal(is) do contrato e encaminhá-las para o setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;
- j) manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica;
- k) documentar nos autos todos os fatos dignos de interesse administrativo;
- l) registrar as informações necessárias nos sistemas informatizados utilizados pelo Poder Executivo do Estado de Rondônia, inclusive inserindo os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas- PNCP, e mantê-los atualizados;
- m) diligenciar para o acompanhamento de situações que possam impactar nos preços contratados, como a criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais que repercutam no contrato, na forma do art. 134 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- n) elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- o) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso;
- p) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;
- q) receber os pedidos de reajuste, repactuação e revisão de contratos, devendo emitir parecer quanto ao cabimento.

## 11. CRITÉRIOS DE CERTIFICAÇÃO E DE PAGAMENTO

### 11.1. Recebimento

11.1.1. O recebimento do bem se dará da seguinte forma:

- a) **Provisoriamente** no prazo de até **03(três) dias**, por servidor ou comissão designada, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta comercial, mediante termo circunstanciado; e
- b) **Definitivamente** no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, pela comissão de recebimento, através de Portaria, após a verificação da quantidade, qualidade e, data de validade dos produtos, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

11.1.2. O recebimento provisório NÃO liquida a despesa e NÃO se presta para autorizar o pagamento do bem.

11.1.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO em face da eventual existência de vícios redibitórios.

11.1.4. O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando verificado que o mesmo não está em conformidade com as especificações definidas neste Termo de Referência e na proposta comercial, devendo, conforme o caso, ser reparado, corrigido, reconstruído no prazo formalmente acordado entre as partes, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, podendo, caso haja concordância expressa da unidade requisitante, este prazo ser estendido até o limite inicialmente estabelecido no **item 8.2.1**. Nesse caso, será suspenso o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

11.1.5. Se a Contratada realizar a substituição, adequação e/ou reparos necessários dentro do prazo estipulado, adequando o objeto aos termos pactuados, será recebido provisoriamente e, após constatar a conformidade em face dos termos pactuados, em definitivo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, pela comissão designada.

11.1.6. Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto deste Termo de Referência ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral do Contrato, com base no que dispõe o art. 104, II e art. 138 da Lei Federal n. 14.133/2021, bem como a aplicação de penalidades, conforme o disposto no art. 87 da referida Lei, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

### 11.2. Liquidação

11.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, em 2 (duas) vias, acompanhado do Termo de Recebimento Definitivo, o setor competente deverá verificar se o documento apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade, a data da emissão, os dados do contrato e do órgão contratante, o período respectivo de execução do contrato, o valor a pagar, eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis, o número do empenho e o número da Conta Bancária da CONTRATADA, para depósito do pagamento.

11.2.2. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

11.2.3. A **Nota Fiscal** deverá ser emitida em nome da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, CNPJ: 04.564.530/0001-13 – Endereço: Rua Padre Chiquinho, Bairro Pedrinhas – CEP 76.801-468 – Porto Velho/ RO - Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Guaporé, Reto 01.

11.2.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou a sítios eletrônicos para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.



- 11.2.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 11.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 11.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 11.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 11.2.9. Em caso de não comprovação da habilitação fiscal perante a Fazenda Estadual, o contratado será instado a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos deverão ser remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria Geral do Estado em caso de débito inscrito em dívida ativa, conforme dispõe o § 3º, do art. 188, do Decreto nº 28.874/2024.
- 11.2.10. O imposto de renda, incidente sobre os pagamentos efetuados pela Administração, referente ao objeto deste Termo, será retido na fonte, conforme orienta a Informação nº 80/2024/PGE-PA (Id. [0051051075](#)), aprovada por meio do Id. [0055089783](#).

**11.3. Prazo de pagamento**

- 11.3.1. O pagamento será efetuado no **prazo de até 15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da apresentação formal da respectiva documentação, respeitada a ordem cronológica das exigibilidades e depois da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
- 11.3.2. No caso da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$
$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

- 11.3.3. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos deverão ser instruídos com as justificativas e motivos e, ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.
- 11.3.4. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- 11.3.5. Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal ou instrumento equivalente, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

**11.4. Forma de pagamento**

- 11.4.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 11.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.4.3. Quando do pagamento, se aplicável, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 11.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 11.4.5. O contratado que eventualmente, seja regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 11.4.6. A comprovação da condição para fazer jus ao Tratamento Favorecido, acima citado, se dará através do extrato do Simples Nacional outro documento instituído pela Receita Federal.

**12. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

**12.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

- 12.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com o estabelecido no ato convocatório pela Comissão de Licitação, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e Decreto N° 28.874, de 25 de janeiro de 2024.
- 12.1.2. A proposta, além de outras informações requeridas no formulário de proposta, deverá indicar:
- a) **validade da proposta** de no mínimo 90 (noventa) dias, contados da data de abertura do certame.

b) preços unitários em algarismos arábicos, com no máximo duas casas decimais.

c) Preço total expresso em algarismos arábicos e por extenso, em moeda corrente Nacional;

d) Indicação do CNPJ e os Dados Bancários (Banco, Agência e Conta Corrente), onde serão creditados os respectivos pagamentos, caso seja vencedora do certame.

12.1.3. **Modo de Disputa:** Aberto conforme inciso I do art. 56 da Lei nº 14.133/2021, que consiste na apresentação das propostas, pelos licitantes, por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, visto que se trata de um pregão cujo o critério de julgamento é o de menor preço.

12.1.3.1. No modo de disputa aberto, a fase de lances resume-se à disputa eletrônica, realizada por todos os licitantes, oportunidade em que os valores são registrados pelo sistema e o lance vencedor é aquele que contém o melhor preço em razão do desconto ofertado, obtido no encerramento dessa etapa de disputa.

12.1.3.2. A opção da escolha consiste no fato de haver, o estímulo contínuo da disputa de preços no modo aberto, ou seja, os lances sucessivos e públicos, afasta todo risco de empresas amadoras (novas no mercado) lances sem valor fora do mercado numa etapa fechada (que é sigilosa). Os preços em disputa aberta ficam claros para melhor competição entre os participantes. Então, evitar riscos na contratação contribui para ter uma licitação que alcance mais prontamente os resultados pretendidos, além do que, não foi possível identificar que optar por modo disputa diferente do "modo aberto" venha a trazer vantagem para a Administração e nem mesmo aponta simplificação do processo ou celeridade no resultado da licitação.

12.1.4. As proponentes poderão apresentar, juntamente com a proposta, folder/catálogo/prospecto, referente aos produtos, objetivando auxiliar e dar agilidade na análise das propostas.

12.1.5. Não será admitida a oferta de proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste TR, conforme dispõe o art. 82, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o fornecimento do objeto se dará de forma parcelada com entrega em diversas unidades escolares, sendo que tal permissão poderá incorrer no acréscimo do volume de contratos, por conseguinte, influenciando negativamente no gerenciamento.

12.1.6. Relativamente a oferta de preços, conforme dispõe o art. 82, inciso III, não serão admitidos preços diferentes para o mesmo item, uma vez que as entregas se darão em um único município.

## 12.2. Forma de fornecimento

12.2.1. O fornecimento do objeto **será de forma parcelada**, conforme previsto no Estudo Técnico Preliminar 85 (SEI nº [0062947140](#)), com base no art. 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que se trata de produtos distintos que destina a atender diversos distintos.

## 13. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

13.1. Por ocasião do certame licitatório e previamente à celebração do contrato, é facultado a Administração verificar o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção impeditiva, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

d) Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitare e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP emitido pela Controladoria Geral do Estado.

13.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar, em conformidade com a sua natureza jurídica, um dos seguintes requisitos:

### 13.2.1. Da Habilitação Jurídica:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

f) caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.

g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.2.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

### 13.2.2. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal;

d) Prova de regularidade Estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

- e) Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- g) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- 13.2.2.1. Será admitida a comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.
- 13.2.2.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou consolidação respectiva.

### 13.2.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.
- I. As empresas em recuperação judicial, poderão participar da licitação, desde que apresentado o seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art. 58, da Lei nº 11.101/2005.
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) Pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de 5% (**cinco por cento**) do valor estimado para o item/lote no qual estiver participando.
- b.1) No caso do licitante classificado em mais de um item, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referenciais;
- b.2) caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;
- b.3) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- b.4) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º);
- b.5) as regras descritas nos itens b.1 e b.2 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).
- 13.2.3.1. As regras descritas nos itens b.1 e b.2 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).
- 13.2.3.2. As exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima são usuais de mercado e estão em harmonia com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133/21 sendo necessário, para garantir que a (s) vencedora (as) detenha (am) condições econômicas para executar o futuro contrato.

### 13.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

- 13.2.4.1. Para fins de aferimento da qualificação técnico-operacional, os licitantes interessados em participar do certame, deverão apresentar comprovação de aptidão para o fornecimento de bens de **características similares** ao objeto do certame, qual seja, **fornecimento de veículos automotores**, devendo a comprovação se dar por meio da apresentação de **Certidão** ou **atestado** de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 13.2.4.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, o(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deverão contemplar o fornecimento de equipamentos de veículos automotores, compatível em características e quantidades, assim considerados os itens que apresentar valor econômico de percentual igual ou superior a 4%(quatro por cento) do valor total estimado, considerando o que segue:
- a) Compatível em **características** o (s) atestado (s) que contemple o fornecimento de materiais condizentes com o objeto desta licitação, assim consideradas as especificações do item/lote para o qual ofertar proposta;
- b) Compatível em **quantidade** o (s) atestado (s) que em sua individualidade ou soma contemple o fornecimento de materiais condizentes com o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do item/lote que a empresa apresentar proposta, ou seja, do quantitativo total definido no item.

Item	Detalhamento do objeto	Unidade de Medida	Quantidade Estimada	25% da Quantidade Estimada
01	<u>VEÍCULO DE PEQUENO PORTE...</u>	Unidade	68	16
02	<u>VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP...</u>	Unidade	14	3
03	<u>VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP...</u>	Unidade	72	18
04	<u>VEÍCULO TIPO FURGÃO DE CARGA...</u>	Unidade	9	2
05	<u>VEÍCULO TIPO VAN MINIBUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS...</u>	Unidade	41	10

- 13.2.4.2. O atestado, deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto e quantidade expressa em unidade.
- 13.2.4.3. Na ausência dos dados indicados, antecipa-se a diligência prevista no artigo 64 da Lei Federal 14.133/2021 para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam cópias de contratos, notas de empenho, dentre outros.
- 13.2.4.4. Caso não sejam encaminhados, a título de diligência, Pregoeiro os solicitará no decorrer do certame para certificar a veracidade das informações e atendimento da finalidade do atestado ou certidão.
- 13.2.4.5. Os atestado deverão referir-se a objeto fornecido no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente ou outro documento hábil.
- 13.2.4.6. O atestado de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.
- 13.2.4.7. O processo licitatório busca selecionar fornecedores que tenham a capacidade necessária para executar o objeto da licitação de forma adequada, minimizando riscos e assegurando a qualidade e a continuidade dos serviços públicos prestados, portanto, o estabelecimento de critérios de qualificação técnico-operacional, busca afastar das contratações públicas, licitantes que por pouca ou nenhuma experiência sejam incapazes de executar com perfeição o objeto da licitação, cujas exigências acima estabelecidas, se mostram razoáveis, por se tratar de fornecimento de bem comum, de forma parcelada.

13.2.4.8. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

13.2.4.9. As exigências acima, se mostram razoáveis, diante do montante estimado e se prestam a verificar se o potencial fornecedor possui capacidade suficiente para executar o contrato, sem comprometer a continuidade e a qualidade do fornecimento do objeto, bem como, avaliar a experiência prévia do fornecedor na execução de serviços similares ao objeto da licitação. São ferramentas básicas, no entanto, fundamentais para garantir a eficiência e a eficácia das contratações públicas, uma vez que, permitir que empresas sem a devida capacidade técnica ou financeira participem poderia resultar em falhas na execução dos contratos, atrasos, custos adicionais e, potencialmente, na necessidade de relicitação, o que poderia ser prejudicial para o interesse público.

13.2.5. OUTRAS DECLARAÇÕES

- 13.2.5.1. Em conformidade com o disposto no art. 63, da Lei nº 14.133/2021, as proponentes deverão apresentar, juntamente com a documentação ou quando requerida pelo sistema de compras, as seguintes declarações:
- a) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 62, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021;
  - b) Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
  - c) Declaração de Fato Superveniente Impeditivo;
  - d) Declaração de ME/EPP;
  - e) Declaração de Ciência do Edital;
  - f) Declaração Independente de Proposta;
  - g) Declaração de Acessibilidade;
  - h) Declaração de Cota de Aprendizagem;
  - i) Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.

13.2.5.2. Das declarações acima, àquelas já previstas e ratificadas em campo próprio do Sistema de Compras, ficam dispensadas de nova apresentação formal.

14. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS CONSTITUÍDAS EM FORMA DE CONSÓRCIO

14.1. Tendo em vista que, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Federal n.º 14.133/2021, art. 15, fica **vedada** a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, sendo que neste caso o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica, ao ponto de haver necessidade de parcelamento do objeto, através da união de esforços, bem como, busca incentivar a participação de empresas locais, especialmente às de pequeno e médio porte.

15. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

15.1. A participação de cooperativas, será permitida desde que seu objeto seja compatível com definido neste Termo, a constituição e o funcionamento observem, conforme o caso, as regras estabelecidas no artigo 16, da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

16. ESTIMATIVAS

16.1. DA QUANTIDADE

16.1.1. A definição da quantidade teve como parâmetro o Documento de Formalização de Demanda - DFD 57 ([0049439103](#)) a saber:

Tabela 1: Estimativa da Secretaria de Educação

ITEM	OBJETO	QTD	UNIDADE	P/A
01	VEÍCULO DE PEQUENO PORTE	32	Gerência de Frota Oficial - GFO	12.122.1015.2398 - Equipar Unidades Educacionais
02	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP	01	Núcleo de Apoio ao Baixo Madeira - NACBM	12.122.1015.2398 - Equipar Unidades Educacionais
	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP	01	Gerência de Educação Escolar Indígena - GEEI	12.361.2158.4053 - Assegurar a Estrutura e Funcionamento da Educação Indígena no Ensino Fundamental
	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP	01	Núcleo de Educação Escolar Indígena de Guajará-Mirim	12.361.2158.4053 - Assegurar a Estrutura e Funcionamento da Educação Indígena no Ensino Fundamental

	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP	01	Núcleo de Educação Escolar Indígena de <b>Jaru</b>	<b>112.361.2158.4053</b> - Assegurar a Estrutura e Funcionamento da Educação Indígena no Ensino Fundamental
	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP	01	Núcleo de Educação Escolar Indígena de <b>Ouro Preto/Mirante</b>	<b>12.361.2158.4053</b> - Assegurar a Estrutura e Funcionamento da Educação Indígena no Ensino Fundamental
	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP	01	Núcleo de Educação Escolar Indígena de <b>Pimenta Bueno</b>	<b>12.361.2158.4053</b> - Assegurar a Estrutura e Funcionamento da Educação Indígena no Ensino Fundamental
	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP	01	Núcleo de Educação Escolar Indígena de <b>São Francisco do Guaporé</b>	<b>12.361.2158.4053</b> - Assegurar a Estrutura e Funcionamento da Educação Indígena no Ensino Fundamental
	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP	01	Núcleo de Educação Escolar Indígena de <b>Costa Marques</b>	<b>12.361.2158.4053</b> - Assegurar a Estrutura e Funcionamento da Educação Indígena no Ensino Fundamental
	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP	01	Núcleo de Educação Escolar Indígena de <b>Vilhena</b>	<b>12.361.2158.4053</b> - Assegurar a Estrutura e Funcionamento da Educação Indígena no Ensino Fundamental
<b>03</b>	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP	42	Gerência de Frota Oficial - <b>GFO</b>	<b>12.122.1015.2398</b> - Equipar Unidades Educacionais
	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP	06	Coordenadoria de Infraestrutura e Obras Escolares - <b>COINFRA</b>	<b>12.122.1015.2398</b> - Equipar Unidades Educacionais
<b>04</b>	VEÍCULO TIPO FURGÃO DE CARGA	01	Gerência de Apoio Administrativo - <b>GAA</b>	<b>12.122.1015.2398</b> - Equipar Unidades Educacionais
	VEÍCULO TIPO FURGÃO DE CARGA	02	Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio - <b>CAP</b>	<b>12.122.1015.2398</b> - Equipar Unidades Educacionais
<b>05</b>	VEÍCULO TIPO VAN MINIBUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	02	Gerência de Frota Oficial - <b>GFO</b>	<b>12.122.1015.2398</b> - Equipar Unidades Educacionais
	VEÍCULO TIPO VAN MINIBUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	01	Coordenadoria Regional de Educação de <b>Alta Floresta do Oeste</b>	<b>12.122.1015.2398</b> - Equipar Unidades Educacionais
	VEÍCULO TIPO VAN MINIBUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	01	Coordenadoria Regional de Educação de <b>Ariquemes</b>	<b>12.122.1015.2398</b> - Equipar Unidades Educacionais
	VEÍCULO TIPO VAN MINIBUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	01	Coordenadoria Regional de Educação de <b>Buritis</b>	<b>12.122.1015.2398</b> - Equipar Unidades Educacionais
	VEÍCULO TIPO VAN MINIBUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	01	Coordenadoria Regional de Educação de <b>Cacoal</b>	<b>12.122.1015.2398</b> - Equipar Unidades Educacionais
	VEÍCULO TIPO VAN MINIBUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	01	Coordenadoria Regional de Educação de <b>Cerejeiras</b>	<b>12.122.1015.2398</b> - Equipar Unidades Educacionais
	VEÍCULO TIPO VAN MINIBUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	01	Coordenadoria Regional de Educação de <b>Costa Marques</b>	<b>12.122.1015.2398</b> - Equipar Unidades Educacionais
	VEÍCULO TIPO VAN MINIBUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	01	Coordenadoria Regional de Educação de <b>Espigão do Oeste</b>	<b>12.122.1015.2398</b> - Equipar Unidades Educacionais
	VEÍCULO TIPO VAN MINIBUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	01	Coordenadoria Regional de Educação de <b>Extrema</b>	<b>12.122.1015.2398</b> - Equipar Unidades Educacionais
	VEÍCULO TIPO VAN MINIBUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	01	Coordenadoria Regional de Educação de <b>Guajará-Mirim</b>	<b>12.122.1015.2398</b> - Equipar Unidades Educacionais
	VEÍCULO TIPO VAN MINIBUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	01	Coordenadoria Regional de Educação de <b>Jaru</b>	<b>12.122.1015.2398</b> - Equipar Unidades Educacionais

	VEÍCULO TIPO VAN MINIBUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	01	Coordenadoria Regional de Educação de Ji-Paraná	12.122.1015.2398 - Equipar Unidades Educacionais
	VEÍCULO TIPO VAN MINIBUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	01	Coordenadoria Regional de Educação de Machadinho do Oeste	12.122.1015.2398 - Equipar Unidades Educacionais
	VEÍCULO TIPO VAN MINIBUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	01	Coordenadoria Regional de Educação de Ouro Preto do Oeste	12.122.1015.2398 - Equipar Unidades Educacionais
	VEÍCULO TIPO VAN MINIBUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	01	Coordenadoria Regional de Educação de Pimenta Bueno	12.122.1015.2398 - Equipar Unidades Educacionais
	VEÍCULO TIPO VAN MINIBUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	01	Coordenadoria Regional de Educação de Porto Velho	12.122.1015.2398 - Equipar Unidades Educacionais
	VEÍCULO TIPO VAN MINIBUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	01	Coordenadoria Regional de Educação de Rolim de Moura	12.122.1015.2398 - Equipar Unidades Educacionais
	VEÍCULO TIPO VAN MINIBUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	01	Coordenadoria Regional de Educação de São Francisco do Guaporé	12.122.1015.2398 - Equipar Unidades Educacionais
	VEÍCULO TIPO VAN MINIBUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	01	Coordenadoria Regional de Educação de Vilhena	12.122.1015.2398 - Equipar Unidades Educacionais

Tabela 2: Estimativa Geral (SEDUC e demais participantes)

ITEM	OBJETO	UNIDADES/QUANTIDADES													TOTAL
		SEDUC	FAPERO	SEGEF	SETUR	SUGESP	CASA MILITAR	IDEP	SEJUCEL	SEAGRI	SESDEC	POLÍCIA MILITAR	CBM	FUNCER	
		<a href="#">0051453937</a>	<a href="#">0052379580</a>	<a href="#">0052452540</a>	<a href="#">0052464878</a>	<a href="#">0052478868</a>	<a href="#">0052558292</a>	<a href="#">0052564581</a>	<a href="#">0052646390</a>	<a href="#">0052666494</a>	<a href="#">0052674300</a>	<a href="#">0052717927</a>	<a href="#">0052750010</a>	<a href="#">0052824811</a>	
1	VEÍCULO DE PEQUENO PORTE	32	1	2	3	15	0	1	6	2	0	0	0	2	64
2	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP	9	0	0	3	0	0	2	0	0	0	0	0	0	14
3	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP	48	0	0	0	0	0	1	6	5	10	0	0	2	72
4	VEÍCULO TIPO FURGÃO DE CARGA	3	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3	0	1	9
5	VEÍCULO TIPO VAN MINIBUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	20	0	0	0	0	2	1	1	1	2	3	8	2	40

## 16.2. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**16.2.1.** A estimativa de preços unitários e global que balizarão a seleção da proposta mais vantajosa, por ocasião do certame licitatório, fora oportunamente juntada aos autos pela Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, conforme o Quadro Comparativo de Preços (SEI nº [0057320744](#)), com o valor total estimado no importe de R\$ 43.835.121,60 (Quarenta e três milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, cento e vinte e um reais e sessenta centavos), em atendimento a competência



designativa, considerando os quantitativos informados neste Instrumento.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes de eventual contratação efetuadas pela Secretaria de Estado da Educação, correrão por conta dos recursos consignados pela Lei Orçamentária Anual - LOA, conforme Informação 312 (SEI nº [0048801528](#)), discriminada a seguir:

Função Programática	Fonte	Despesa
12.122.1015.2398 - Equipar Unidades Educacionais	1.500.0.01001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Ensino	4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente
12.361.2158.4053 - Assegurar a Estrutura e Funcionamento da Educação Indígena no Ensino Fundamental.	1.500.0.01001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Ensino	4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente

17.2. Conforme previsto no art. 30, inciso II, do Decreto nº 28.874/2024, a despesa com o objeto deste Termo de Referência, encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual, podendo este ser consultado no endereço: [https://rondonia.ro.gov.br/wp-content/uploads/2024/03/PLANO-DE-CONTRATACOES-ANUAL\\_SEDUC-2024.pdf](https://rondonia.ro.gov.br/wp-content/uploads/2024/03/PLANO-DE-CONTRATACOES-ANUAL_SEDUC-2024.pdf), no resumo das contratações subitem 3.2 MATERIAS PERMANENTE, item 27 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A FROTA OFICIAL.

17.3. As informações orçamentárias dos demais órgãos/entidade participantes, encontra-se definidas no nos respectivos termos de Manifestação de Interesse.

18. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

18.1. Da Contratante

- 18.1.1. Efetuar o recebimento dos materiais verificando se os mesmos estão em conformidade com o Termo de Referência.
- 18.1.2. Disponibilizar as artes para proteção dos veículos, em tempo hábil.
- 18.1.3. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos produtos, por meio de um servidor especialmente designado, como representante da Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, exigindo seu fiel e total cumprimento.
- 18.1.4. Realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento pela Contratada das obrigações contratualmente assumidas e aplicar sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório, decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais.
- 18.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pela **Contratada** a qualquer tempo.
- 18.1.6. Comunicar prontamente à Contratada, qualquer anormalidade no objeto do instrumento contratual, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 18.1.7. Notificar previamente à Contratada, quando da aplicação de sanções administrativas.
- 18.1.8. Proporcionar todas as facilidades para que a **Contratada** possa executar o contrato dentro das normas estabelecidas neste Termo de Referência.
- 18.1.9. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o estabelecido no presente Termo de Referência.

18.2. Da Contratada

- 18.2.1. Além de outras obrigações prevista na Lei nº 14.133/2021, a contratada deverá:
  - 18.2.1.1. Responsabilizar-se pela correta apresentação de toda documentação exigida no instrumento convocatório, inclusive quanto ao cumprimento das condições constantes nas declarações requeridas no sistema, a saber:
    - a) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
    - b) Declaração de Fato Superveniente;
    - c) Declaração de ME/EPP;
    - d) Declaração de Ciência do Edital;
    - e) Declaração Independente de Proposta;
    - f) Declaração de Acessibilidade;
    - g) Declaração de Cota de Aprendizagem;
    - h) Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.
  - 18.2.1.3. Retirar o Contrato, nota de empenho ou documento equivalente, nos termos constantes neste Termo de Referência;
  - 18.2.1.4. Fornecer os materiais, objeto da licitação, de acordo com as especificações contidas no presente Termo de Referência, observando, inclusive as normas de rotulagem dos produtos.
  - 18.2.1.5. Fornecer os materiais nas quantidades indicadas pelo órgão requisitante em cada nota de empenho/ordem de fornecimento, da qual constarão: data de expedição, especificações, quantitativo, prazo, local de entrega e preços unitário e total.
  - 18.2.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
  - 18.2.1.7. Nos preços propostos deverão estar inclusos todos os tributos, encargos, taxas, seguros, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo, única e exclusivamente da Contratada.
  - 18.2.1.8. Entregar os materiais, objetos da licitação no local, prazo e condições determinados neste Termo de Referência.

- 18.2.1.9. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, inclusive locomoção, quaisquer outras que forem devidas, quer em relação à execução do fornecimento, quer em relação aos empregados.
- 18.2.1.10. Transportar os materiais com segurança e observância às normas da ANVISA, para garantir a integridade e a qualidades dos mesmos, utilizando-se para tanto, de todos os acessórios necessários para a boa e perfeita execução contratual.
- 18.2.1.11. Arcar com todas as despesas relativas ao fornecimento e todos os tributos incidentes, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em Lei.
- 18.2.1.12. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Unidade Solicitante, concernente ao objeto do presente termo de referência, inclusive documentação e atos praticados até o recebimento definitivo e cujas reclamações formalmente realizadas obriga-se a atender prontamente.
- 18.2.1.13. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar á Contratante ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culpa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 18.2.1.14. Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.
- 18.2.1.15. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.
- 18.2.1.16. **Não subcontratar, ceder ou** transferir total ou parcialmente, o objeto do contrato.
- 18.2.1.17. Indenizar terceiros e/ou a Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a CONTRATADA adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.
- 18.2.2. Quando da permanência nas dependências da Contratante, por ocasião das entregas, manter seu pessoal identificado, preferencialmente através de crachás, com fotografia recente.
- 18.2.3. O licitante vencedor se obriga a informar, para fins de recebimento de citações, intimações, ordem de serviço, e outras comunicações oficiais com a Secretaria de Estado da Educação, o nome do seu preposto, seu endereço comercial, E-mail (endereço eletrônico) e nº de telefone móvel e fixo para contato.
- 18.2.4. O licitante se obriga a acompanhar, permanentemente, os meios de comunicação informados e responder as comunicações encaminhadas, sob pena de revelia.
- 18.2.5. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela (contratada) assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 18.2.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

**19. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**19.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) causa à inexecução total do contrato;
- d) o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**19.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**19.3.** Multa: A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na entrega dos bens, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 0,5% (meio por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante da tabela abaixo; e

**19.4.** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

**19.5.** Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

INFRAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	CORRESPONDÊNCIA

1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, as entregas dos produtos, objeto do contrato, por dia e por unidade de atendimento;	05	3,2% ao dia sobre o valor total do contrato
2	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência;	04	1,6% ao dia sobre o valor total do contrato
3	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
4	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
5	Recusar prestar os serviços/fornecimento nos locais indicados pela Administração,	07	6% ao dia sobre o valor total do contrato
Para os itens a seguir, deixar de:			
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço/entrega, por funcionário e por dia;	01	0,2% ao dia sobre o valor total do contrato
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03	0,8% ao dia sobre o valor total do contrato
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

***\*Incide sobre a parte inadimplida.***

**19.6.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**19.7.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.7.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.7.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.7.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**19.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**19.9.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**19.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**19.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**19.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**19.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**19.14.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **20. DO REAJUSTE CONTRATUAL**

**20.1.** Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data orçamento estimado definitivo da Administração, conforme previsto no § 2º, do art. 154, do Decreto nº 28.874/2024.

**20.2.** Ocorrendo a hipótese de reajuste contratual, desde que requerido e comprovado documentalmente pela contratada, observados os termos dos artigos 152 a 154, do Decreto nº 28.874/2024, poderá ser concedido revisão contratual dos valores inicialmente pactuados, utilizando algum índice oficial de inflação tais como: IPCA/IBGE, bem como, outro índice que vier a substituí-los.

**20.3.** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, quando cabível, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que vier a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**20.4.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

*Art. 154.O reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices combinados, específicos ou setoriais.*

*§ 1º Nas hipóteses em que o valor dos contratos de serviços continuados sejam preponderantemente formados pelos custos dos insumos, poderá ser adotado o reajuste de que trata este artigo.*

*§ 2º O reajustamento deverá observar o índice específico ou setorial previsto no contrato, bem como o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar do orçamento estimado definitivo da Administração, ou, de forma justificada, o Edital pode prever outra data-base, como a data da apresentação da proposta ou a data do orçamento a que essa proposta se referir, ou do último reajustamento levado a efeito no contrato.*

*§ 3º Caso haja a prorrogação do contrato, o contratado deverá ressaltar expressamente sua pretensão ao reajustamento de preços previamente à prorrogação do contrato ou em termo aditivo, sob pena de preclusão.*

*§ 4º Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, esta deverá ser levada em consideração quando da análise técnica acerca do reajuste, de modo a evitar a sobreposição indevida dos institutos.*

*§ 5º Deverão ser excluídos do cálculo do efeito financeiro do reajustamento eventuais parcelas cuja execução ou fornecimento se encontrem atrasadas por culpa do contratado.*

*§ 6º Em caso de paralisação ou aditamento de prazo em obras públicas, que venha a ultrapassar o prazo previsto em contrato para a execução, ter-se-á que as parcelas contratuais excedentes ao prazo original serão reajustadas pelo índice previsto no instrumento convocatório, desde que devidamente justificado pela contratante e que o contratado não tenha dado causa ao atraso na execução.*

*§ 7º O registro do reajustamento de preços poderá ser formalizado por simples apostila, conforme o art. 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, observada a minuta padronizada aprovada pela Procuradoria-Geral do Estado, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverá ser formalizado por termo aditivo.*

*§ 8º É nula qualquer estipulação de reajuste com periodicidade inferior a um ano.*

*Art. 155.O pedido de reajuste do contrato deverá ser devidamente fundamentado e instruído, além daqueles constante no art. 152, com os seguintes documentos:*

*I - planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e*

*II - planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.*

**20.5.** Alterações correspondentes a reequilíbrio ou revisão contratual devem seguir, no que for aplicável, o disposto no Decreto nº 28.874/2024.

## 21. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

21.1. O Termo de Contrato poderá ser extinto, nas hipóteses previstas no art. 137, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

## 22. APLICAÇÃO DO DECRETO ESTADUAL Nº 21.675/2017

**22.1.** Poderá ser concedido o Tratamento Favorecido, Diferenciado e Simplificado às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP, Microempreendedores Individuais – MEI e equiparadas, conforme disposições estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2016 e no Decreto Estadual nº 21.675/2017, em atendimento ao disposto no art. 42, inciso XII, do Decreto nº 28.874/2024.

## 23. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Fundamenta-se a metodologia adotada para a pretendida contratação ou aquisição, qual seja, a adoção do Sistema de Registro de preços, no disposto na Seção IV, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, de 25 de janeiro de 2024.

A Lei nº 14.133/2021, especificamente em seu artigo 40, diz que o planejamento deverá considerar:

*“II - processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;”*

O sistema de registro de preços consiste em um Procedimento Auxiliar, assim previsto no art. 78, da Lei nº 14.133/2021, cujos procedimentos encontram-se definidos no art. 82, da citada Lei.

Marçal Justen Filho, comentando o tema, assevera que:

*“O sistema de Registro de Preços (SRP) é uma das mais úteis e interessantes alternativas de gestão de contratações colocada à disposição da Administração Pública. (...) A sistemática do registro de preços possibilita uma atuação rápida e imediata da Administração Pública, com observância ao princípio da isonomia e garantindo a persecução objetiva da contratação mais vantajosa.”<sup>[1]</sup>*

O procedimento de registro de preços tem vistas a reduzir os custos procedimentais da aquisição, por meio da racionalização da aquisição. Salutar, neste momento, renovar a consulta à sede doutrinária, quando expressa:

*“Consiste num procedimento especial a ser adotado, que agiliza as aquisições na área pública, permitindo que os fornecimentos sejam feitos sem grandes entraves burocráticos, adaptados às contingências da vida moderna, eliminando uma série de medidas supérfluas e desnecessárias.*

*A licitação, nesse caso, destina-se a selecionar fornecedor e proposta para contratações não específicas, seriadas, que poderão ser realizadas durante certo período, por repetidas vezes, quantas vezes a administração o desejar.”<sup>[2]</sup>*

Dentre os diversos argumentos que justificam a adoção dessa estratégia de compras, ressalta-se a redução do esforço administrativo para a realização de diversos processos licitatórios, sendo que a execução conjunta culmina em um único certame. Tal fato implica, **diretamente**, redução dos custos operacionais da Administração e na redução dos custos operacionais dos sistemas de controle da administração, sem prejuízo dos ditames do ordenamento acerca das contratações públicas, tal qual o sistema *just in time*, utilizado por grandes empresas e fábricas e recomendada pela Administração.

Além disso, cumpre propor menção especial ao ganho de economia de escala, que retorna em economia de recursos para os cofres públicos. Ao prospectar grandes volumes licitados, a Administração Pública amplia seu poder de compra junto aos fornecedores e consegue reduções consideráveis de preços, fato que certamente não ocorreria se o certamente fosse de forma isolada.

Em nosso Estado, por força dos incisos I a IV, do art. 116, do Decreto nº 28.874/2024, o Registro de Preços deve ser utilizado de forma preferencial em relação ao rito tradicional das contratações, sempre que:

I - quando, pelas características do objeto, houver a necessidade de contratações sucessivas;

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços a serem remunerados por unidade de medida ou por meio de regime de tarefa;

III - quando for conveniente a contratação de determinado objeto para atendimento a mais de um órgão ou entidade;

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pela Administração Estadual.

Evidenciadas as hipóteses acima, **a não utilização** do Registro de Preços como forma de contratação, **deverá ser justificada** nos autos do processo como condição de validade dos atos (§3º, do art. 116, do Decreto nº 28.874/2021), ou seja, **utilizar o sistema é a obrigação legal**, salvo, quando evidente a inviabilidade.

No presente caso, a aquisição de veículos automotores relaciona-se com a **necessidade de atendimento a mais de uma unidade administrativa e pedagógica (inciso III)**, ensejando várias contratações, por isso, caso a aquisição não se prover via registro de preços, teríamos que reprisá-la várias vezes ao ano, em função dos diversos eventos que ocorrem, o que demonstraria ineficiência na eleição da forma de contratação em afronta ao princípio da eficiência **(inciso I)**. Além do que, o quantitativo solicitado é apenas uma estimativa, não se sabe exatamente o quantitativo a ser utilizado, pois **pela natureza do objeto não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado (inciso IV)**, em razão da imprevisibilidade do número de participantes nos eventos, é essa indefinição que faz que a contratação via registro de preço seja a mais vantajosa pois permite que a aquisição seja de **forma parcelada (inciso II)**, somente quando surgir a necessidade real, devido ao fato de a as unidades não dispor de espaço físico adequado para armazenamento e estocagem dos produtos.

O sistema de registro de preços permitirá à Administração Pública obter os bens necessários de forma eficiente e econômica. Os preços registrados serão utilizados como referência para as futuras aquisições e a prorrogação do registro será realizada somente se houver comprovação efetiva de vantajosidade para a Administração.

Dessa forma, o registro de preços confere flexibilidade às contratações públicas porque a aquisição que dele decorrente não é obrigatória, porque a administração não precisa repetir os procedimentos de seleção do mesmo objeto durante o ano e poder decidir em curto espaço para resposta (abastecimento) o melhor momento da contratação, garantido ainda, acesso a preços competitivos e conformidade com os princípios da economicidade e eficiência na gestão dos recursos públicos, razão pela qual a SEDUC opta pela formação de Registro de Preços.

### 23.1. Dos Participantes da Ata

#### 23.1.1. São participantes da ARP, as seguintes unidades:

ITEM	UNIDADE	OBJETO	QTD	LOCAL DE ENTREGA
01	Secretaria de Estado da Educação -SEDUC/RO, consolidada com a Gerência de Frota Oficial - <b>GFO</b>	<b>VEÍCULO DE PEQUENO PORTE</b>	32	Local de entrega: Rua Uruguai, nº 3457, Bairro Industrial, CEP: 76.821-010, em Porto Velho-RO. - segunda à sexta-feira, no horário das 07h30 às 13h30.
	Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e a Pesquisa- <b>FAPERÓ</b>		1	Local de entrega: Av. Presidente Dutra, n. 3004, Caiari, Porto Velho/RO – Horário: de segunda-feira a sexta-feira, das 7:30 às 13:30 horas ou horário a ser combinado previamente
	Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas- <b>SEGEPE</b>		2	Local de entrega: Almoxarifado Central do Governo do Estado de Rondônia – Rua: Antônio Lacerda; nº. 4168; Bairro: Setor Industrial, na cidade de Porto Velho – RO - Horário: das 7:30 às 13:30 horas ou horário a ser combinado previamente.
	Superintendência Estadual de Turismo - <b>SETUR</b>		3	Local de entrega: Almoxarifado Central do Governo do Estado de Rondônia – Rua: Antônio Lacerda; nº. 4168; Bairro: Setor Industrial, na cidade de Porto Velho – RO, de segunda-feira há sexta-feira, no horário das 7:30 às 13:30 horas ou horário a ser combinado previamente.
	Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos- <b>SUGESP</b>		15	Local de entrega: Gerência de Transporte da SUGESP/GTR - R. Vera Cruz, 133 - Pedrinhas, Porto Velho - RO, 76801-683 - de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 7:30 às 13:30 horas ou horário a ser combinado previamente.
	Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia - <b>IDEP</b>		1	Local de entrega: Almoxarifado Central do Governo do Estado de Rondônia – Rua: Antônio Lacerda; nº. 4168; Bairro: Setor Industrial, na cidade de Porto Velho – RO - de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 7:30 às 13:30 horas ou horário a ser combinado previamente.
	Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer- <b>SEJUCEL</b>		6	Local de entrega: Almoxarifado Central do Governo do Estado de Rondônia – Rua: Antônio Lacerda; nº. 4168; Bairro: Setor Industrial, na cidade de Porto Velho – RO - de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 7:30 às 13:30 horas ou horário a ser combinado previamente.
	Secretaria de Estado da Agricultura- <b>SEAGRI</b>		2	Local de entrega: Almoxarifado Central do Governo do Estado de Rondônia – Rua: Antônio Lacerda; nº. 4168; Bairro: Setor Industrial, na cidade de Porto Velho – RO - de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 7:30 às 13:30 horas ou horário a ser combinado previamente.
	Fundação Cultural do Estado de Rondônia- <b>FUNCER</b>		2	Complexo Teatral Palácio das Artes, localizado na Avenida Presidente Dutra, nº 4183, bairro Pedrinhas. - De segunda-feira a sexta-feira, no horário das 7:30 às 13h30 ou horário a ser combinado previamente.
02	Núcleo de Apoio ao Baixo Madeira - <b>NACBM</b>	<b>VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP</b>	01	Local de entrega: Rua Uruguai, nº 3457, Bairro Industrial, CEP: 76.821-010, em Porto Velho-RO. - segunda à sexta-feira, no horário das 07h30 às 13h30.
	Gerência de Educação Escolar Indígena - <b>GEEI</b>		01	
	Núcleo de Educação Escolar Indígena de <b>Guajará-Mirim</b>		01	
	Núcleo de Educação Escolar Indígena de <b>Jaru</b>		01	
	Núcleo de Educação Escolar Indígena de <b>Ouro Preto/Mirante</b>		01	
	Núcleo de Educação Escolar Indígena de <b>Pimenta Bueno</b>		01	
	Núcleo de Educação Escolar Indígena de <b>São Francisco do Guaporé</b>		01	
	Núcleo de Educação Escolar Indígena de <b>Costa Marques</b>		01	
	Núcleo de Educação Escolar Indígena de <b>Vilhena</b>		01	
	Superintendência Estadual de Turismo - <b>SETUR</b>		03	Local de entrega: Almoxarifado Central do Governo do Estado de Rondônia – Rua: Antônio Lacerda; nº. 4168; Bairro: Setor Industrial, na cidade de Porto Velho – RO, de segunda-feira há sexta-feira, no horário das 7:30 às 13:30 horas ou horário a ser combinado previamente.

	Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia -IDEP		02	Local de entrega: Almoxarifado Central do Governo do Estado de Rondônia – Rua: Antônio Lacerda; n°. 4168; Bairro: Setor Industrial, na cidade de Porto Velho – RO - de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 7:30 às 13:30 horas ou horário a ser combinado previamente.
	Fundação Cultural do Estado de Rondônia-FUNCER		02	Complexo Teatral Palácio das Artes, localizado na Avenida Presidente Dutra, nº 4183, bairro Pedrinhas. - De segunda-feira a sexta-feira, no horário das 7:30 às 13h30 ou horário a ser combinado previamente.
03	Secretaria de Estado da Educação -SEDUC/RO, consolidada com a Gerência de Frota Oficial - GFO	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP	42	Local de entrega: Rua Uruguai, nº 3457, Bairro Industrial, CEP: 76.821-010, em Porto Velho-RO. - segunda à sexta-feira, no horário das 07h30 às 13h30.
	Coordenadoria de Infraestrutura e Obras Escolares - COINFRA		06	
	Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia-IDEP		01	Local de entrega: Almoxarifado Central do Governo do Estado de Rondônia – Rua: Antônio Lacerda; n°. 4168; Bairro: Setor Industrial, na cidade de Porto Velho – RO - de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 7:30 às 13:30 horas ou horário a ser combinado previamente.
	Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer-SEJUCEL		06	Local de entrega: Almoxarifado Central do Governo do Estado de Rondônia – Rua: Antônio Lacerda; n°. 4168; Bairro: Setor Industrial, na cidade de Porto Velho – RO - de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 7:30 às 13:30 horas ou horário a ser combinado previamente.
	Secretaria de Estado da Agricultura-SEAGRI		5	Local de entrega: Almoxarifado Central do Governo do Estado de Rondônia – Rua: Antônio Lacerda; n°. 4168; Bairro: Setor Industrial, na cidade de Porto Velho – RO - de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 7:30 às 13:30 horas ou horário a ser combinado previamente.
	Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC		10	Local de Entrega: Almoxarifado Central do Governo do Estado de Rondônia – Rua: Antônio Lacerda; n°. 4168; Bairro: Setor Industrial, na cidade de Porto Velho – RO, de segunda-feira há sexta-feira, no horário das 7:30 às 13:30 horas ou horário a ser combinado previamente.
	Fundação Cultural do Estado de Rondônia-FUNCER		2	Complexo Teatral Palácio das Artes, localizado na Avenida Presidente Dutra, nº 4183, bairro Pedrinhas. - De segunda-feira a sexta-feira, no horário das 7:30 às 13h30 ou horário a ser combinado previamente.
04	Gerência de Apoio Administrativo - GAA	VEÍCULO TIPO FURGÃO DE CARGA	01	Local de entrega: Rua Uruguai, nº 3457, Bairro Industrial, CEP: 76.821-010, em Porto Velho-RO. - segunda à sexta-feira, no horário das 07h30 às 13h30.
	Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio - CAP		02	
	Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC		02	Local de Entrega: Almoxarifado Central do Governo do Estado de Rondônia – Rua: Antônio Lacerda; n°. 4168; Bairro: Setor Industrial, na cidade de Porto Velho – RO, de segunda-feira há sexta-feira, no horário das 7:30 às 13:30 horas ou horário a ser combinado previamente.
	Polícia Militar - PM		03	Almoxarifado da Diretoria de Apoio Administrativo e logístico, situado na Rua Buenos Aires, 2916, Embratel, na cidade de Porto Velho, Rondônia, CEP: 76.820-8789, no horário das 07h30min às 12h00min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.
	Fundação Cultural do Estado de Rondônia-FUNCER		01	Local de Entrega: Complexo Teatral Palácio das Artes, localizado na Avenida Presidente Dutra, nº 4183, bairro Pedrinhas., de segunda-feira há sexta-feira, no horário das 7:30 às 13h30 ou horário a ser combinado previamente.
05	Secretaria de Estado da Educação -SEDUC/RO, consolidada com a Gerência de Frota Oficial - GFO	VEÍCULO TIPO VAN MINIBUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	02	Local de entrega: Rua Uruguai, nº 3457, Bairro Industrial, CEP: 76.821-010, em Porto Velho-RO. - segunda à sexta-feira, no horário das 07h30 às 13h30.
	Coordenadoria Regional de Educação de Alta Floresta do Oeste		01	
	Coordenadoria Regional de Educação de Ariquemes		01	
	Coordenadoria Regional de Educação de Buritis		01	
	Coordenadoria Regional de Educação de Cacoal		01	
	Coordenadoria Regional de Educação de Cerejeiras		01	
	Coordenadoria Regional de Educação de Costa Marques		01	
	Coordenadoria Regional de Educação de Espigão do Oeste		01	
	Coordenadoria Regional de Educação de Extrema		01	
	Coordenadoria Regional de Educação de Guajará-Mirim		01	
	Coordenadoria Regional de Educação de Jaru		01	
	Coordenadoria Regional de Educação de Ji-Paraná		01	
	Coordenadoria Regional de Educação de Machadinho do Oeste		01	
	Coordenadoria Regional de Educação de Ouro Preto do Oeste		01	
	Coordenadoria Regional de Educação de Pimenta Bueno		01	
	Coordenadoria Regional de Educação de Porto Velho		01	
	Coordenadoria Regional de Educação de Rolim de Moura		01	
	Coordenadoria Regional de Educação de São Francisco do Guaporé		01	
	Coordenadoria Regional de Educação de Vilhena		01	
	CASA MILITAR		02	Local de entrega: Hangar da Casa Militar – Av. Gov. Jorge Teixeira, S/N - Ao lado do Aeroporto, Porto Velho - RO, 76803-970 - em dias de expediente normal, no horário das 07:30 h às 13:30 h, de segunda a sexta-feira.
	Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia-IDEP		01	Local de entrega: Almoxarifado Central do Governo do Estado de Rondônia – Rua: Antônio Lacerda; n°. 4168; Bairro: Setor Industrial, na cidade de Porto Velho – RO - de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 7:30 às 13:30 horas ou horário a ser combinado previamente.

	Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer- <b>SEJUCEL</b>		01	Local de entrega: Almoxarifado Central do Governo do Estado de Rondônia – Rua: Antônio Lacerda; n°. 4168; Bairro: Setor Industrial, na cidade de Porto Velho – RO - de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 7:30 às 13:30 horas ou horário a ser combinado previamente.
	Secretaria de Estado da Agricultura- <b>SEAGRI</b>		01	Local de entrega: Almoxarifado Central do Governo do Estado de Rondônia – Rua: Antônio Lacerda; n°. 4168; Bairro: Setor Industrial, na cidade de Porto Velho – RO - de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 7:30 às 13:30 horas ou horário a ser combinado previamente.
	Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - <b>SESDEC</b>		02	Local de Entrega: Almoxarifado Central do Governo do Estado de Rondônia – Rua: Antônio Lacerda; n°. 4168; Bairro: Setor Industrial, na cidade de Porto Velho – RO, de segunda-feira há sexta-feira, no horário das 7:30 às 13:30 horas ou horário a ser combinado previamente.
	POLÍCIA MILITAR- <b>PM</b>		03	Local de entrega: Almoxarifado da Diretoria de Apoio Administrativo e logístico, situado na Rua Buenos Aires, 2916, Embratel, na cidade de Porto Velho, Rondônia, CEP: 76.820-8789 - de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 7:30 às 13:30 horas ou horário a ser combinado previamente.
	Corpo de Bombeiros Militar- <b>CBM</b>		08	Local de entrega: Frota - Diretoria de Logística do CBMRO - Rua José Vieira Caúla, 5582 – Bairro Cuniã - Porto Velho – RO - dentro do horário de expediente, das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, nos dias úteis.
	Fundação Cultural do Estado de Rondônia- <b>FUNCER</b>		02	Complexo Teatral Palácio das Artes, localizado na Avenida Presidente Dutra, nº 4183, bairro Pedrinhas. - De segunda-feira a sexta-feira, no horário das 7:30 às 13h30 ou horário a ser combinado previamente.

**24. DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**24.1.** Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura aquisição, sendo que os fornecedores classificados serão divulgados através da publicação da Ata de Registro de Preços na Imprensa Oficial, data a partir da qual passará a vigorar o compromisso pactuado entre as partes, conforme proposta apresentada e, por conseguinte, iniciar-se-á a sua vigência.

**25. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**25.1.** A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua publicação, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço, conforme disposto no art. 84, da Lei nº 14.133/2021 e art. 125, do Decreto nº 28.874/2024.

**26. DO GERENCIAMENTO DA ATA**

**26.1.** O Gerenciamento da ATA de Registro de Preço decorrente do presente Termo de Referência será exercida pela Superintendência Estadual de Licitações, a quem compete o controle de uso da referida ATA e demais atribuições definidas no art. 122, do Decreto nº 28.874/2024.

**26.2.** Em atendimento ao disposto no art. 117 e 122, inciso IV, do Decreto nº 28.874/2024, poderá o órgão Gerenciador, caso julgue viável, promover a publicação de Intenção de Registro de Preços – IRP, uma vez que, em razão da natureza dos itens que compõem o objeto e a centralização das compras e contratações no âmbito do Governo do Estado de Rondônia, compete a SUPEL identificar e consolidar as demandas de outras unidades.

**27. DAS OBRIGAÇÕES**

**27.1. DO GERENCIADOR**

27.1.1. Compete ao Gerenciador, dentre outras atividades estabelecidas na ata de registro de preços:

- a) A condução do conjunto de procedimentos para o registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dela decorrente.
- b) Informar aos demais órgãos da administração pública sobre a sua intenção de registrar preços dos itens previamente definidos.
- c) A prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços.

**27.2. DA DETENTORA**

27.2.1. Além de outras obrigações definidas na Ata de Registro de Preços, a detentora da Ata deverá:

- a) Estar devidamente licenciada junto aos órgãos de fiscalização do objeto licitado, podendo ser fiscalizada, a qualquer tempo, pelo Órgão Gerenciador.
- b) Efetuar a entrega dos produtos nas quantidades, prazos e locais estabelecidos no Instrumento Convocatório.

**28. DO USO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**28.1.** Conforme prevê o art. 83, a Lei nº 14.133/2021 e art. 127, do Decreto nº 28.874/2024, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração não será obrigada à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que demonstrada à vantagem e permitida em Lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenizações de qualquer espécie à empresa detentora da Ata, sendo assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## **29. DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DO FORNECIMENTO ADICIONAL “CARONA”**

**29.1.** Nos termos do Artigo 124, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer Órgão ou Entidade da Administração Pública Estadual que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia autorização do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 28.874/2024, relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços.

**29.2.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da Ata, assumidas com o Órgão gerenciador e Órgãos participantes.

**29.3.** As aquisições ou contratações adicionais de que trata este item, não poderá exceder, por Órgão ou entidade 50% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório, registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e Órgãos participantes, em conformidade com o § 4º, do art. 86, da Lei nº 14.133/2021.

**29.4.** Conforme § 5º, do art. 86, da Lei nº 14.133/2021, as aquisições ou contratações adicionais previstas nesse instrumento, decorrentes das adesões à ata de registro de preço não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preço para o Órgão gerenciador e para os Órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**29.5.** Caberá ao Órgão ou Entidade que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

## **30. DAS ALTERAÇÕES**

**30.1.** As eventuais alterações da ata de registro de preços não poderão acarretar aumento dos quantitativos registrados, inclusive, nas hipóteses previstas no art. 124 da Federal nº 14.133, de 2021, bem como do art. 126, inciso VII, do Decreto nº 28.874/2024.

**30.2.** Os eventuais contratos decorrentes do registro de preços poderão ser alterados de acordo com as diretrizes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, observando-se, quanto aos acréscimos e supressões, a aplicação do limite legal relativo ao contrato individualmente considerado, e não à ata de registro de preços.

## **31. DOS PREÇOS**

**31.1.** Em conformidade com disposto no art. 132 a 135, do Decreto nº 28.874/2024, os preços registrados poderão ser alterados, conforme segue:

**31.1.1.** O preço registrado poderá ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva.

**31.1.2.** A eventual revisão de preços será promovida pelo órgão gerenciador da ata junto aos fornecedores.

**31.1.3.** Os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, já firmados anteriormente, não serão alterados automaticamente em decorrência da alteração dos preços registrados de que trata o subitem 31.1.1., acima, para tais, deverão ser observadas as disposições legais incidentes e pactuadas no correspondente instrumento.

**31.1.4.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

**31.1.5.** Os fornecedores que não aceitem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

**31.1.6.** A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

**31.1.7.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

**31.1.8.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante requerimento devidamente instruído com a comprovação de fato superveniente que tenha ensejado a elevação dos preços que inviabilize o cumprimento das obrigações contidas na ata, desde que observados os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas

**31.2.** A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

**31.3.** A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos já firmados, decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

**31.4.** Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas no instrumento convocatório, podendo a administração convocar fornecedores do cadastro reserva e/ou remanescentes, nos termos do art. 131, do Decreto nº 28.784/2024.

**31.5.** Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

## **32. DO CADASTRO RESERVA**

**32.1.** Após a definição do preço final do licitante vencedor, conforme previsto no art. 131, do Decreto nº 28.874/2024, será procedida a consulta juntos aos demais licitantes, respeitada a ordem de classificação, quanto ao interesse em ofertar preços iguais aos do licitante vencedor, para formação de cadastro reserva, fazendo constar de anexo que integrará a ata.



**32.2.** O cadastro reserva poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

I - impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata;

II - descumprimento das condições da ata pelo compromitente;

III - recusa do vencedor em assinar a ata de registro de preços, o contrato ou o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado no edital, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

IV - liberação do compromisso por razões admitidas no mencionado Decreto.

**32.3.** A documentação dos licitantes constantes no cadastro reserva serão conferidas e atualizadas quando da sua convocação para fornecimento.

**32.4.** Inexistindo interessados para formação de cadastro reserva e havendo a necessidade de contratação, a Administração poderá proceder com a convocação nos termos do § 3º, art. 131, do Decreto nº 28.874/2024.

### **33. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO E PREÇOS**

**33.1.** O registro de preço de fornecedor ou prestador de serviço será cancelado quando:

I - for atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;

II - o contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;

III - o fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;

IV - estiverem presentes razões de interesse público; e

V - restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.

**33.2.** Em qualquer hipótese de cancelamento de registro, é assegurado o contraditório e a ampla defesa.

### **34. CONDIÇÕES GERAIS**

**34.1.** O presente instrumento objetiva apresentar regramento acerca da aquisição proposta pela unidade requisitante, restando preservados na íntegra, aspectos relativos à definição técnica, quantitativos, destinação e outras informações relativas ao objeto, sendo de competência desta SEDUC-GEA, tão somente os aspectos relativos às normas de enquadramento da modalidade.

**34.2.** A Administração utilizar-se-á da aplicação de juízo arbitral para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis, conforme disposto na Lei Estadual 4.007/2017 e Lei n. 9.307/1996, alterada pela Lei Federal n. 13.129/2015. Tal medida visa o cumprimento ao Art. 11 da Lei Estadual 4.007, de 28 de março de 2017.

**34.3.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**34.4.** Para solução de prováveis controvérsias da contratação, ficou definido como cláusula compromissória, a forma estatal, conforme consta em cláusula na Minuta de Contrato, anexo deste Termo de Referência.

**34.5.** Demais normas relacionadas ao Sistema de Registro de Preços, serão definidas no instrumento de formalização da Ata de Registro de Preços.

**34.6.** Os recursos previstos para aquisição são estaduais, devendo a publicação dos atos se dar no Diário Oficial do Estado e demais meios de divulgação usualmente adotados pela SUPEL.

### **35. ANEXOS**

Anexo I - Minuta de Contrato (SEI nº [0063233182](#));

Anexo II - SAMS (SEI nº [0056429082](#)); e

Anexo III - Lista de endereços para entrega (SEI nº [0056439623](#)).

### **APROVAÇÃO AUTORIDADE COMPETENTE:**

***Na forma do que dispõe o Art. 6º, VI da Lei nº 14.133/21, autorizo, aprovo, declaro e dou fé as laudas do presente Termo de Referência e Anexos.***

***Nota:*** Documento assinado digitalmente pelos elaboradores pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Marques Ramos, Coordenador(a)**, em 19/08/2025, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia da Silva Silvino Pacini, Secretário(a)**, em 21/08/2025, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Mar Oliveira Cristo, Assessor(a)**, em 25/08/2025, às 08:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0063220654** e o código CRC **0EC463F4**.

Referência: Caso responda este Termo de Referência, indicar expressamente o Processo nº 0029.012739/2024-21

SEI nº 0063220654

Criado por [00877389292](#), versão 35 por [00877389292](#) em 19/08/2025 10:50:32.

**Processo SEI: 0029.012739/2024-21**

**Anexo IV**

**LOCAIS DE ENTREGA**

<b>1. Secretaria de Estado da Educação – SEDUC</b>
<b>Local de entrega:</b> Rua Uruguai, nº 3457, Bairro Industrial, CEP: 76.821-010, em Porto Velho-RO. - segunda à sexta-feira, no horário das 07h30 às 13h30.
<b>2. Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e a Pesquisa – FAPERÓ (0052379580)</b>
<b>Local de entrega:</b> Av. Presidente Dutra, n. 3004, Caiari, Porto Velho/RO – <b>Horário:</b> de segunda-feira a sexta-feira, das 7:30 às 13:30 horas ou horário a ser combinado previamente
<b>3. Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas – SEGEP (0052452540)</b>
<b>Local de entrega:</b> Almoxarifado Central do Governo do Estado de Rondônia – Rua: Antônio Lacerda; nº. 4168; Bairro: Setor Industrial, na cidade de Porto Velho – RO - <b>Horário:</b> das 7:30 às 13:30 horas ou horário a ser combinado previamente.
<b>4. Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos – SUGESP (0052478868)</b>
<b>Local de entrega:</b> Gerência de Transporte da SUGESP/GTR - R. Vera Cruz, 133 - Pedrinhas, Porto Velho - RO, 76801-683 - de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 7:30 às 13:30 horas ou horário a ser combinado previamente.
<b>5. Casa Militar - CASA MILITAR (0052558292)</b>
<b>Local de entrega:</b> Hangar da Casa Militar – Av. Gov. Jorge Teixeira, S/N - Ao lado do Aeroporto, Porto Velho - RO, 76803-970 - em dias de expediente normal, no horário das 07:30 h às 13:30 h, de segunda a sexta-feira.
<b>6. Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia – IDEP (0052564581)</b>
<b>Local de entrega:</b> Almoxarifado Central do Governo do Estado de Rondônia – Rua: Antônio Lacerda; nº. 4168; Bairro: Setor Industrial, na cidade de Porto

Velho – RO - de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 7:30 às 13:30 horas ou horário a ser combinado previamente.
<b>7. Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer – SEJUCEL (0052646390)</b>
<b>Local de entrega:</b> Almoxarifado Central do Governo do Estado de Rondônia – Rua: Antônio Lacerda; nº. 4168; Bairro: Setor Industrial, na cidade de Porto Velho – RO - de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 7:30 às 13:30 horas ou horário a ser combinado previamente.
<b>8. Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI (0052666494)</b>
<b>Local de entrega:</b> Almoxarifado Central do Governo do Estado de Rondônia – Rua: Antônio Lacerda; nº. 4168; Bairro: Setor Industrial, na cidade de Porto Velho – RO - de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 7:30 às 13:30 horas ou horário a ser combinado previamente.
<b>9. Polícia Militar – PM (0052717927)</b>
<b>Local de entrega:</b> Almoxarifado da Diretoria de Apoio Administrativo e logístico, situado na Rua Buenos Aires, 2916, Embratel, na cidade de Porto Velho, Rondônia, CEP: 76.820-8789 - de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 7:30 às 13:30 horas ou horário a ser combinado previamente.
<b>10. Corpo de Bombeiros Militar – CBM (0052750010)</b>
<b>Local de entrega: Frota</b> - Diretoria de Logística do CBMRO - Rua José Vieira Caúla, 5582 – Bairro Cuniã - Porto Velho – RO - dentro do horário de expediente, das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, nos dias úteis.
<b>11. Fundação Cultural do Estado de Rondônia – FUNCER (0052824811)</b>
<b>Local de entrega:</b> Complexo Teatral Palácio das Artes, localizado na Avenida Presidente Dutra, nº 4183, bairro Pedrinhas. - De segunda-feira a sexta-feira, no horário das 7:30 às 13h30 ou horário a ser combinado previamente.



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria de Estado da Educação - SEDUC  
Comissão do Estudo Técnico Preliminar - SEDUC-CETP

**ANÁLISE DE RISCOS**

Considerando o Mapa de Risco 270 (0062957026), foi necessário identificar a pertinência e/ou a obrigatoriedade da alocação dos riscos entre o contratante e o contratado, de modo que seja possível considerar a taxa de risco compatível com o objeto da licitação, bem como identificar as ações a serem executadas pela SEDUC, a fim de mitigar a ocorrência dos eventos durante a fase de execução contratual.

A alocação de riscos no contrato só é construída após a identificação dos riscos envolvidos na operação, portanto, em todos os riscos devem constar quem será o responsável, conforme art. 6º XXVII, *in verbis*:

*XXVII - matriz de riscos: cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:*

- a) listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prorrogação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência;*
- b) no caso de obrigações de resultado, estabelecimento das frações do objeto com relação às quais haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico;*
- c) no caso de obrigações de meio, estabelecimento preciso das frações do objeto com relação às quais não haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de aderência entre a execução e a solução predefinida no anteprojeto ou no projeto básico, consideradas as características do regime de execução no caso de obras e serviços de engenharia.*

Segue a alocação dos riscos:

EVENTO DE RISCO	MATERIALIZAÇÃO	MITIGAÇÃO	ALOCÇÃO (RESPONSÁVEL)		
			Contratante	Contratada	Ambos
A empresa não cumprir os prazos, comprometendo o cronograma de entrega, gerando prejuízo para a Administração	Defina cronogramas de entrega em etapas, que permitam monitorar o progresso e detectar problemas antecipadamente.	Designar responsáveis para monitorar os prazos de entrega e comunicar eventuais atrasos, afim de aplicar as respectivas sanções contratuais. Inclua cláusulas de penalidade no contrato para casos de atraso, entrega incompleta ou inadequada.  Institua um comitê ou comissão de acompanhamento e fiscalização, para monitorar cada etapa da entrega das avaliações, verificando a qualidade e a conformidade.		X	
Entrega de veículos fora das especificações técnicas	Recebimento de veículos com características divergentes do TR ou com ausência de itens obrigatórios.	Conferência rigorosa no recebimento; exigência de documentação técnica; recusa formal de itens não conformes; aplicação de penalidades.		X	
Não manter a proposta ou desistir do contrato	Indisponibilidade do Objeto Falta de capacidade operacional ou financeira da empresa contratada.	Aplicar sanções.		X	
Superfaturamento na aquisição	Contratação com valores acima do preço de mercado, sem justificativa técnica ou pesquisa adequada	Desembolso indevido de recursos públicos; prejuízo direto aos cofres públicos	X		

Indisponibilidade de modelos ou dificuldade de licenciamento	Descontinuidade de fabricação ou atraso na obtenção de documentação para registro e emplacamento.	Exigir comprovação de disponibilidade; condicionar pagamento à entrega regularizada; prever substituição por modelo equivalente.			X
Insuficiência de rede de assistência técnica e garantia	Falta de oficinas credenciadas no Estado, dificultando manutenção no período de garantia.	Exigir comprovação de rede mínima credenciada em RO; cláusula de manutenção obrigatória durante a vigência da garantia.		X	
Problemas na gestão contratual	Falhas na comunicação e acompanhamento, resultando em atrasos na solução de demandas contratuais.	Designar gestor e fiscais; formalizar notificações tempestivas; manter registros no SEI.	X		
Risco de vício oculto	Defeitos não identificados na entrega, surgindo no uso regular.	Garantia mínima de 36 meses; fiscalização contínua; substituição ou reparo sem ônus.		X	

Elaboração:

**DANIELE RODRIGUES DE ARAÚJO**

\*\*\*\*\*762

Portaria nº 6965 de 27 de maio de 2024 ([0049156078](#))

**LETÍCIA FELIX ROMANO**

\*\*\*\*\*425

Portaria nº 6965 de 27 de maio de 2024 ([0049156078](#))

**ANTONIO DE JESUS SOUSA MIRANDA**

\*\*\*\*\*203

Portaria nº 6965 de 27 de maio de 2024 ([0049156078](#))

**JOSÉ ANTÔNIO IVO DE AGUIAR**

\*\*\*\*\*483

Portaria nº 6965 de 27 de maio de 2024 ([0049156078](#))

**ANTÔNIO EVANGELISTA SANSÃO PURUBORÁ**

\*\*\*\*\*789

Portaria nº 6965 de 27 de maio de 2024 ([0049156078](#))

**GLAUCO CANCANCAO**

\*\*\*\*\*403

Portaria nº 6965 de 27 de maio de 2024 ([0049156078](#))

Porto Velho, data e hora do sistema.



Documento assinado eletronicamente por **Glauco Cancanco**, **Membro**, em 11/08/2025, às 18:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO DE JESUS SOUSA MIRANDA**, **Analista**, em 12/08/2025, às 09:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Evangelista Sansão Purubora, Gerente**, em 12/08/2025, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leticia Felix Romano, Assessor(a)**, em 12/08/2025, às 13:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE ANTONIO IVO DE AGUIAR, Assessor(a)**, em 12/08/2025, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0063061617** e o código CRC **25B21E97**.



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria de Estado da Educação - SEDUC  
Comissão do Estudo Técnico Preliminar - SEDUC-CETP

## **MAPA DE RISCO**

**CONSIDERANDO**, o Decreto nº. 23.277, de 16 de outubro de 2018 em seu artigo 2º inciso V que trata do Órgão Central de Controle na qualidade de segunda linha de defesa constituída pelas funções de supervisão, monitoramento e **assessoramento quanto a aspectos relacionados aos riscos** e controles internos da gestão do órgão ou entidade.

**CONSIDERANDO**, a Portaria nº 217 de 08 de dezembro de 2021, que estabelece a metodologia de gestão de risco no âmbito do Poder Executivo Estadual;

**CONSIDERANDO**, a Portaria nº 6355 de 13 de maio de 2024 ([0048658529](#)), alterado pela Portaria nº 6965 de 27 de maio de 2024 ([0049156078](#)), que designa Comissão Especial destinada a realizar estudo técnico preliminares escolares no âmbito desta SEDUC.

### **1. REFERÊNCIA**

Esta análise se baseia no Estudo Técnico Preliminar 85 ([0062947140](#)), desenvolvido pela Comissão designada conforme a Portaria nº 6355 de 13 de maio de 2024 ([0048658529](#)), alterado pela Portaria nº 6965 de 27 de maio de 2024 ([0049156078](#)). O objetivo deste estudo é viabilizar a **Aquisição de Veículos Automotores: Veículos de Pequeno Porte, Veículos Tipo Caminhonete Pick-Up, Veículo Tipo Furgão de Carga e Veículo Tipo Van Minibus para Transporte de Passageiros**.

### **2. DA CONTEXTUALIZAÇÃO**

A Comissão de Estudo Técnico Preliminar conduziu uma análise detalhada para demonstrar a necessidade real da contratação de veículos utilitários para atender à demanda da SEDUC. Seu objetivo é elaborar um relatório abrangente que será apresentado à Alta Gestão, fornecendo soluções estratégicas e concretas.

Além disso, é importante mencionar que o Decreto N. 23.277, de 16 de outubro de 2018, define claramente a Primeira Linha de Defesa, que consiste nos controles internos da gestão. Esses controles são compostos por um conjunto de regras, procedimentos, diretrizes e sistemas operacionalizados de forma integrada pela direção e pelos servidores do Órgão Executor de Controle Interno. Seu propósito é enfrentar os riscos e garantir a segurança quanto ao alcance dos objetivos da organização.

### **3. DA METODOLOGIA UTILIZADA**

Para atender à demanda e fornecer subsídios à Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, será adotada a metodologia de consultoria da CGE/RO, conforme estabelecido na Portaria nº 217 de 08 de dezembro de 2021, alinhada à Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017.

Para compreender os conceitos a serem adotados, é importante definir alguns termos:

"Risco" refere-se ao desvio em relação aos objetivos esperados, podendo ser positivo, negativo ou abranger ambos, considerando oportunidades e ameaças. A "Consequência" é o resultado de um evento de risco sobre os objetivos do processo. Já a "Avaliação de Risco" é o processo de identificação e análise dos riscos pertinentes que afetam a realização dos objetivos da organização, delineando respostas apropriadas para cada risco.

O procedimento de Avaliação de Risco compreende diversas etapas:

1. "Identificação de Riscos": envolve a busca, identificação e descrição de riscos, incluindo suas fontes, causas e consequências, utilizando dados históricos, análises teóricas, insights de especialistas e partes interessadas;
2. "Análise de Riscos": compreende a compreensão das causas e consequências imediatas dos riscos, considerando detalhadamente as incertezas, fontes de risco, cenários e eficácia dos controles;
3. "Classificação de Níveis de Risco": estabelece o nível de risco operacional multiplicando a avaliação do impacto pela probabilidade de ocorrência, conforme definido pelos parâmetros estabelecidos;
4. "Tratamento de Riscos": abrange qualquer medida adotada para gerenciar o risco, como evitar, mitigar, compartilhar ou aceitar o risco.

Dessa forma, serão analisados os riscos associados à aquisição de veículos para a frota oficial da Secretaria de Estado da Educação, visando atender à demanda apresentada pela Gerência de Frota Oficial - GFO.

### **4. DO OBJETIVO DA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS**



O objetivo da aquisição de veículos para atender as demandas da Secretaria de Educação (SEDUC) pode abranger diversos aspectos, visando principalmente a otimização dos serviços educacionais e o suporte às atividades administrativas. Aqui estão alguns dos possíveis objetivos:

- 1) **Transporte seguro:** Adquirir veículos para o atendimento das demandas da SEDUC, garantindo a segurança e o conforto aos necessitam de deslocamento.
- 2) **Deslocamento de equipes educacionais:** Utilizar veículos para deslocamento de professores, coordenadores pedagógicos, supervisores e outros profissionais da educação, facilitando visitas a escolas, reuniões, formações e eventos educacionais.
- 3) **Distribuição de materiais:** Aquisição de veículos para transporte e distribuição de materiais didáticos, livros, equipamentos e suprimentos entre as escolas da rede, garantindo o acesso igualitário a recursos educacionais.
- 4) **Manutenção de infraestrutura:** Veículos podem ser utilizados para o transporte de equipes de manutenção e reparo para as escolas, auxiliando na conservação e no funcionamento adequado da infraestrutura escolar.
- 5) **Apoio logístico:** Além do transporte de pessoas e materiais, os veículos podem ser empregados na logística de eventos educacionais, como feiras, competições esportivas, apresentações culturais e atividades extracurriculares.
- 6) **Supervisão e acompanhamento:** Os veículos podem ser utilizados por supervisores e equipes de acompanhamento pedagógico para visitas às escolas, monitoramento de projetos educacionais e avaliação da qualidade do ensino.

Em resumo, a aquisição de veículos pela Secretaria de Educação visa principalmente garantir a eficiência, a segurança e a qualidade dos serviços educacionais, atendendo às demandas de transporte, logística e apoio administrativo da rede escolar.

5. DA AVALIAÇÃO DE RISCOS PARA A AQUISIÇÃO DOS VEÍCULOS

Após a análise documental, tornou-se evidente a identificação de riscos que demandam a atenção e avaliação da alta Administração da SEDUC. Essas ocorrências requerem a devida consideração para a implementação de medidas que visem evitar, mitigar, transferir ou compartilhar tais adversidades.

Neste contexto, à luz das disposições contidas na Portaria nº 217 de 8 de dezembro de 2021, nos artigos 15, inciso I, 16, incisos I a III, e 22, inciso IV, bem como nas tabelas anexas (que abrangem a escala de probabilidades, consequências e níveis de riscos), procederemos com a análise pormenorizada nos parágrafos subsequentes.

Seguindo essa linha de raciocínio, a análise do processo de contratação/aquisição foi conduzida levando em consideração os riscos e possíveis irregularidades mais significativos. Foram identificados os riscos com maior probabilidade e impacto, e propostas medidas que a Alta Administração pode implementar para gerenciar essas situações. Além disso, foram destacados outros riscos que também requerem atenção, juntamente com as medidas correspondentes para o seu tratamento.

Nesse sentido, foram identificados riscos que foram avaliados segundo a perspectiva da probabilidade de ocorrência e dos danos potenciais relacionados a cada risco identificado na matriz.

Ademais, é importante esclarecer que os riscos, probabilidades/consequências, nível de riscos e ações sugeridas foram validados de forma consensual entre a equipe da Comissão de Estudo Técnico Preliminar, que constituiu o ponto focal na Secretaria para tratar os assuntos que são objeto desta nota de risco.

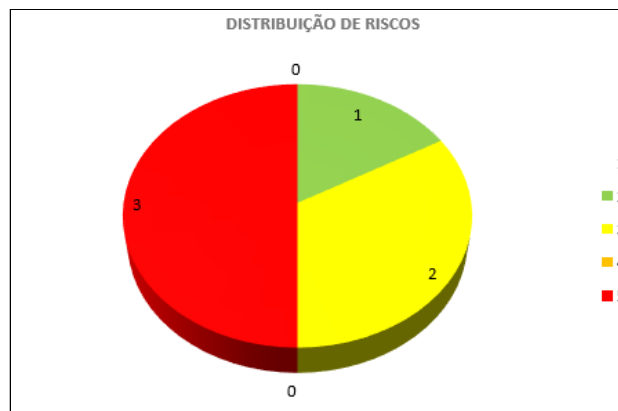
6. QUANTO À AVALIAÇÃO GERAL DOS PRINCIPAIS RISCOS E/OU IMPROPRIEDADES IDENTIFICADAS REFERENTE A AQUISIÇÃO PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA

Do quantitativo de 06 (seis) riscos identificados, têm-se, de acordo com o nível de risco estabelecido, 01 (um) considerados médios, 02 (dois) considerados médios, e 03 (três) considerados extremos, conforme tabela 1 e gráfico 1 abaixo que seguem:

Tabela 1

NÍVEL DE RISCO	NÚMERO DE RISCOS	PERCENTUAL
Insignificante	0	0%
Baixo	1	17%
Médio	2	33%
Alto	0	0%
Extremo	3	50%
TOTAL	6	100%

Gráfico 1



## 7. DA SÍNTESE

Ressalta-se que a classificação segundo o nível de risco acima identificado reflete a percepção da Comissão de Estudo Técnico Preliminar a partir das pesquisas, históricos, dados da instituição levantados e não sinalizados como estaque ou definitivo, cabendo ao gestor a avaliação dos pontos para decidir quanto à aplicação das ações sugeridas ou a adoção de outras que julgar cabíveis.

A ideia é dar suporte a Gestão para - assim querendo - possam adotar as contribuições abaixo noticiadas.

Em um primeiro momento, é importante salientar que as ações propostas não se restringem exclusivamente a medidas tomadas no momento da aquisição ou contratação. Isso se baseia na consideração de que a administração tem a liberdade de implementar ações complementares durante a fase de planejamento, execução do serviço ou monitoramento, caso isso resulte em respostas mais efetivas aos riscos identificados.

## 8. DAS AÇÕES SUGERIDAS NA GESTÃO DE RISCOS

A análise detalhada dos riscos associados à aquisição de veículos para a frota oficial da Secretaria de Estado da Educação é apresentada na tabela abaixo, juntamente com as respectivas probabilidades de ocorrência, consequências, níveis de risco e ações sugeridas para mitigar esses riscos. Além disso, são fornecidas ações de contingência para lidar com eventuais situações adversas:

**AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS**

CAUSA	RISCOS	PROBABILIDADES	CONSEQUÊNCIAS	NÍVEL DE RISCO	AÇÕES SUGERIDAS	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA
Atraso na entrega dos veículos por parte do fornecedor.	Possibilidade de o fornecedor não cumprir o prazo estabelecido para a entrega dos veículos conforme o contrato estabelecido.	Frequente	Relevante	Extremo	1) Incluir cláusulas contratuais que prevejam penalidades financeiras para o fornecedor no caso de atraso na entrega dos veículos. Essas penalidades devem ser claramente definidas no contrato, indicando os valores e os critérios para sua aplicação. 2) Caso ocorra o atraso na entrega, a sanção previamente estabelecida no contrato deve ser aplicada de acordo com os termos acordados. Isso pode incluir multas, descontos no pagamento ou outras medidas punitivas.	1) Manter um acompanhamento próximo do progresso do fornecedor em relação ao cronograma de entrega estabelecido. Isso permite identificar possíveis atrasos com antecedência e tomar medidas corretivas antes que afetem significativamente as demandas da SEDUC. 2) Estabelecer canais de comunicação eficazes com o fornecedor para relatar imediatamente qualquer atraso na entrega. Isso permite uma resposta rápida e eficiente para minimizar o impacto do atraso da execução do contrato.
Não conformidade dos veículos adquiridos com as especificações técnicas exigidas.	Os veículos entregues pelo fornecedor não atenderem às especificações técnicas detalhadas no contrato de aquisição, o que pode resultar em problemas de funcionalidade, desempenho ou segurança.	Rara	Relevante	Médio	1) Antes de aceitar os veículos entregues pelo fornecedor, realizar inspeções minuciosas para verificar se estão de acordo com as especificações técnicas estabelecidas no contrato. 2) Definir critérios claros e objetivos para determinar se os veículos atendem ou não às especificações técnicas exigidas. Esses critérios devem ser documentados no contrato de aquisição e incluir parâmetros mensuráveis para avaliar o desempenho, a qualidade e a conformidade dos veículos. 3) Caso sejam identificadas não conformidades durante as inspeções, comunicar imediatamente ao fornecedor as discrepâncias encontradas e exigir correções ou substituições dos veículos para garantir sua conformidade com as especificações técnicas. 4) Definir prazos claros para que o fornecedor corrija quaisquer não conformidades identificadas nos veículos entregues. Esses prazos devem ser razoáveis, mas também devem garantir que as correções sejam feitas de forma oportuna para evitar atrasos nos processos operacionais.	1) Capacitar a equipe responsável pelo recebimento dos veículos para realizar inspeções eficazes e identificar não conformidades de acordo com as especificações técnicas estabelecidas. Isso inclui fornecer orientações claras sobre o que procurar e como documentar quaisquer problemas identificados. 2) Incluir cláusulas contratuais que estabeleçam garantias por parte do fornecedor, garantindo que os veículos entregues atendam às especificações técnicas durante um período específico após a entrega. Isso proporciona uma proteção adicional caso problemas de conformidade sejam identificados após o recebimento inicial dos veículos.

Variação nos preços dos veículos durante o processo de aquisição.	Possibilidade de os preços dos veículos sofrerem alterações durante o processo de aquisição, podendo aumentar e impactar negativamente o orçamento planejado para a compra.	Eventual	Relevante	<b>Extremo</b>	<p>1) Durante as negociações com o fornecedor, buscar estabelecer contratos que contenham cláusulas de preço fixo, garantindo que o valor acordado para a aquisição dos veículos permaneça inalterado, independentemente de quaisquer flutuações no mercado. Isso proporciona segurança financeira e evita surpresas com aumentos de preço inesperados.</p> <p>2) Definir prazos claros para a aceitação das propostas de fornecedores, limitando o tempo em que os preços oferecidos são válidos. Isso ajuda a evitar que os preços sejam alterados após o término do prazo, garantindo que as negociações ocorram em um ambiente estável e previsível.</p> <p>3) Manter-se atualizado sobre as tendências do mercado automotivo e monitorar possíveis flutuações nos preços dos veículos. Antecipar variações de preços permite tomar medidas proativas, como antecipar compras ou renegociar contratos, para minimizar o impacto de aumentos de preços.</p>	<p>1) Após a assinatura do contrato de aquisição, monitorar regularmente o cumprimento dos termos acordados, incluindo os preços estabelecidos. Caso ocorram variações nos preços durante o processo de aquisição, revisar o contrato e tomar medidas apropriadas para proteger os interesses da organização.</p> <p>2) Incluir reservas orçamentárias adicionais para lidar com possíveis variações nos preços dos veículos durante o processo de aquisição. Essas reservas garantem que haja recursos financeiros disponíveis para cobrir aumentos de preço inesperados sem comprometer o orçamento principal destinado à compra dos veículos.</p>
falhas na documentação dos veículos.	possibilidade de ocorrerem falhas na documentação dos veículos, tais como documentos incompletos, incorretos ou desatualizados, o que pode causar atrasos no processo de aquisição e até mesmo inviabilizar a legalização e utilização dos veículos.	Rara	Pouco relevante	<b>Baixo</b>	<p>1) Definir previamente os documentos necessários para a aquisição dos veículos, incluindo certificados de registro, notas fiscais, certificados de garantia, manuais do proprietário, entre outros. Especificar quais informações devem constar em cada documento e garantir que sejam fornecidos de forma completa e correta pelo fornecedor.</p> <p>2) Antes de finalizar o processo de aquisição, realizar inspeções detalhadas da documentação fornecida pelo fornecedor. Verificar se todos os documentos exigidos estão presentes, se estão devidamente preenchidos e se não há erros ou inconsistências que possam comprometer a legalidade ou utilização dos veículos.</p> <p>3) Definir prazos claros para a entrega da documentação por parte do fornecedor e atribuir responsabilidades específicas aos envolvidos no processo de aquisição, como o departamento de compras, fornecedores e equipe jurídica. Isso ajuda a garantir que todos estejam cientes de suas obrigações e que a documentação seja providenciada dentro dos prazos estabelecidos.</p>	<p>1) Manter uma comunicação aberta e regular com o fornecedor durante todo o processo de aquisição para acompanhar o status da documentação e identificar prontamente qualquer problema ou falha. Esclarecer eventuais dúvidas e garantir que todas as partes estejam alinhadas em relação aos requisitos documentais.</p> <p>2) Periodicamente, realizar auditorias internas para revisar a documentação dos veículos adquiridos e garantir sua conformidade com os requisitos legais e regulamentares. Identificar e corrigir quaisquer falhas ou inconsistências antes que se tornem problemas mais graves.</p> <p>3) Desenvolver planos de contingência para lidar com possíveis falhas na documentação, como a falta de um documento necessário ou a identificação de erros. Isso pode incluir a busca por soluções alternativas, a solicitação de documentos adicionais ao fornecedor ou a renegociação de prazos, se necessário.</p>

Quanto aos riscos de nível médio, que totalizam dois, embora inicialmente não demandem tratamento urgente, requerem atenção e aprimoramento na aplicação de boas práticas e medidas a serem adotadas.

Através das medidas propostas, almeja-se enriquecer as iniciativas do Governo do Estado. Isso implica em colaborar ativamente para a redução dos riscos, aprimorar os mecanismos de governança e implementar as melhores práticas em operações, gestão de riscos e controles internos dentro da esfera da SEDUC, especialmente no que tange aos processos de contratação. Essa abordagem visa oferecer suporte à Alta Gestão no processo decisório.

## 9. DA CONCLUSÃO

O presente documento está em consonância com a Portaria nº 217/2021, CGE/RO, que estabelece a metodologia de gestão de risco no âmbito do Poder Executivo Estadual. Destaca-se que a Matriz de Riscos apresentada não tem o propósito de apontar irregularidades nos processos, mas sim identificar possíveis eventos que possam afetar o alcance dos objetivos do processo. Além disso, propõe ações para mitigar esses riscos, cabendo à gestão avaliar a viabilidade e pertinência de sua implementação.

O foco deste trabalho foi na identificação dos principais riscos relacionados à aquisição de veículos utilitários para atender à Gerência de Frota Oficial desta SEDUC. Foram minuciosamente identificados e analisados os riscos, com especial atenção ao saneamento daqueles classificados como de alto e extremo grau. Recomenda-se a apresentação de justificativas e esclarecimentos relevantes caso não sejam adotadas medidas mitigadoras, a fim de evitar possíveis questionamentos de órgãos de controle externo.

Quanto aos riscos classificados como de baixo ou médio impacto, ressalta-se a importância de adotar as melhores práticas disponíveis, mesmo que não haja urgência no tratamento.

Importa destacar que as informações aqui apresentadas têm o intuito de orientar a atuação do gestor público. No entanto, cabe à autoridade responsável tomar a decisão que julgar mais apropriada para atender ao interesse público. As orientações e sugestões fornecidas não abrangem todas as possibilidades de identificação de riscos e questões relevantes no processo operacional em questão. Portanto, é atribuição da unidade e dos gestores das áreas envolvidas adotar uma abordagem contínua para identificar e avaliar eventuais fragilidades no processo, implementando as medidas necessárias, como controles internos eficazes, para garantir a conformidade com a legislação, as metas e os objetivos estabelecidos.

Elaborado Por:

Elaboração:

**DANIELE RODRIGUES DE ARAÚJO**

\*\*\*\*\*762

Portaria nº 6965 de 27 de maio de 2024 ([0049156078](#))

**LETÍCIA FELIX ROMANO**

\*\*\*\*\*425

Portaria nº 6965 de 27 de maio de 2024 ([0049156078](#))

**ANTONIO DE JESUS SOUSA MIRANDA**

\*\*\*\*\*203

Portaria nº 6965 de 27 de maio de 2024 ([0049156078](#))

**JOSÉ ANTÔNIO IVO DE AGUIAR**

\*\*\*\*\*483

Portaria nº 6965 de 27 de maio de 2024 ([0049156078](#))

**ANTÔNIO EVANGELISTA SANSÃO PURUBORÁ**

\*\*\*\*\*789

Portaria nº 6965 de 27 de maio de 2024 ([0049156078](#))

**GLAUCO CANCANCAO**

\*\*\*\*\*403

Portaria nº 6965 de 27 de maio de 2024 ([0049156078](#))

## ANEXO ÚNICO

### Escala de probabilidades, consequências e níveis de riscos

#### Escala de Probabilidade:

Frequência	Significado	Expressão
<b>Raríssima</b>	Evento extraordinário para os padrões conhecidos da gestão e operação do processo de contratação. Embora possa assumir dimensão estratégica para a manutenção do processo, não há histórico disponível para sua ocorrência.	0,10
<b>Rara</b>	Evento casual, inesperado. Muito embora raro, há histórico de ocorrência conhecido por parte dos gestores e operadores do processo de contratação.	0,35
<b>Eventual</b>	Evento usual, corriqueiro. Devido à sua ocorrência habitual, seu histórico é amplamente conhecido por parte dos gestores e operadores do processo de contratação.	0,70
<b>Frequente</b>	Evento se reproduz muitas vezes, se repete seguidamente, de maneira assídua, numerosa e não raro de modo acelerado. Interfere de modo claro no ritmo das atividades, sendo evidente, mesmo para os que conhecem pouco o processo de contratação.	1,00

#### Escala de Consequências:

Impacto	Significado	Expressão
<b>Irrelevante</b>	Degradação na operação do processo de contratação, porém causando impactos mínimos para o órgão/entidade (em termos financeiros, danos à imagem, afetação da qualidade do processo de contratação).	10
<b>Pouco relevante</b>	Degradação na operação do processo de contratação, causando pequenos impactos no órgão/entidade.	20
<b>Relevante</b>	Interrupção do processo de contratação, causando impactos significativos para o órgão e entidade, porém passível de recuperação	50
<b>Muito relevante</b>	Interrupção do processo, causando impactos irreversíveis para o órgão/entidade.	100

#### Nível de Risco: Probabilidade X Consequências

Consequência	Avaliação do Risco			
<b>Muito Relevante</b>	Médio	Alto	Extremo	Extremo
<b>Relevante</b>	Baixo	Médio	Alto	Extremo
<b>Pouco relevante</b>	Insignificante	Baixo	Médio	Alto

Irrelevante	Insignificante	Insignificante	Baixo	Médio
	Raríssima	Rara	Eventual	Frequente
	Probabilidade			



Documento assinado eletronicamente por **Glauco Cancancao, Membro**, em 11/08/2025, às 18:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Evangelista Sansão Purubora, Gerente**, em 12/08/2025, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO DE JESUS SOUSA MIRANDA, Analista**, em 12/08/2025, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leticia Felix Romano, Assessor(a)**, em 12/08/2025, às 13:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE ANTONIO IVO DE AGUIAR, Assessor(a)**, em 12/08/2025, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0062957026** e o código CRC **E81E29DF**.



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria de Estado da Educação - SEDUC  
Gerência de Aquisições - SEDUC-GEA

### **MINUTA DE CONTRATO**

\* MINUTA DE DOCUMENTO

**CONTRATANTE:** O ESTADO DE RONDÔNIA, através da SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, inscrita no CNPJ de nº 04.564.530/0001-13, situada na Rua Padre Chiquinho, Palácio Rio Madeira, Reto 01, Edifício Rio Guaporé, nesta capital, neste ato representado pela Secretária de Estado da Educação, **(NOME)**, inscrita no CPF nº \*\*\*.XXX.XXX-\*\*, no uso das atribuições que lhes confere o Decreto de 30 de dezembro de 2022, c/c com o art. 36 da Lei Complementar nº 733, de 10 de outubro de 2013.

**CONTRATADA:** **(EMPRESA)**, inscrita no CNPJ sob o nº **(CNPJ)**, situada à **(Rua)**, **(nº)**, **(Bairro)**, **(CEP)**, **(Cidade/Estado)**, neste ato representada pelo Sr. **(nome/cargo)**, inscrito no CPF sob o **(nº)**, conforme documentos **(atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada)**.

Os Contratantes, por força do presente instrumento, celebram o presente Contrato, decorrente do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **0029.012739/2024-21** que deu origem a **Registro de Preços - PREÇÃO ELETÔNICO** com fulcro no art. 82, da Lei nº 14.133/2021, autorizado pela Autoridade Competente **(XXX)**, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 28.874/2024, com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** Constitui objeto do presente TERMO DE CONTRATO a aquisição de **Veículos Automotores: Veículos de Pequeno Porte, Veículos Tipo Caminhonete Pick-Up, Veículo Tipo Furgão de Carga e Veículo Tipo Van Minibus para Transporte de Passageiros**, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

**1.2. Vinculação:** Integram este Contrato, independentemente de transcrição, o **Termo de Referência nº XX/XXXX e seus anexos**, a **Autorização XXXXX**, **Edital de licitação PE nº.....**, o disposto na proposta da CONTRATADA **(xxx)** e demais elementos que sirvam à exata definição do objeto descrito na cláusula primeira.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CARACTERÍSTICAS DO OBJETO**

**2.1.** As informações quanto as especificações do objeto, estão previstas no **Subitem 3.2, do Termo de Referência**, conforme dados abaixo:



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	P. UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL, PRAZO DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

**3.1.** O objeto da contratação deverá ser fornecido no local, prazo e condições estabelecidas no **item 8, do Termo de Referência**.

### CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

**4.1.** O regime de execução contratual, os modelos de como o objeto será fiscalizado constam nos itens **9 e 10, do Termo de Referência**.

**4.2.** O modelo de gestão do contrato consta no **item 9, do Termo de Referência**.

**4.3.** A Matriz de Risco fora elaborada, conforme documento constante nos autos.

### CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

**5.1.** O valor total da contratação é de **R\$ xxx ( )**, que corresponde à nota de empenho, a servir de lastro, para efetuar o pagamento da contratação do objeto referido na cláusula primeira, tudo depois de recebidos, testados e aprovados pela CONTRATANTE.

**5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**6.1.** O objeto deste termo encontra respaldo orçamentário no Plano Anual de Contratações desta Secretaria de Estado de Educação e os recursos consignados a Secretaria de Estado da Educação, pela Lei Orçamentária Anual - LOA, conforme Informação 312 (SEI nº [0048801528](#)), conforme detalhado abaixo:

Função Programática	Fonte	Despesa
<b>12.122.1015.2398</b> - Equipar Unidades Educacionais	<b>1.500.0.01001</b> - Recursos não Vinculados de Impostos - Ensino	<b>4.4.90.52</b> - Equipamentos e Material Permanente
<b>12.361.2158.4053</b> - Assegurar a Estrutura e Funcionamento da Educação Indígena no Ensino Fundamental.	<b>1.500.0.01001</b> - Recursos não Vinculados de Impostos - Ensino	<b>4.4.90.52</b> - Equipamentos e Material Permanente

### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, LIQUIDAÇÃO, PRAZOS E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

**7.1.** As informações quanto ao pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes a esse contrato estão previstas no **Item 11, do Termo de Referência**.

### CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

**8.1.** A formalização da contratação se dará através de Contrato Administrativo na forma do art. 89 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**8.2.** A empresa CONTRATADA deverá assinar o contrato disponibilizado via Sistema Estadual de Informação - SEI no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, após a notificação para assinatura do Contrato, nas condições estabelecidas no respectivo Termo de Referência e Anexos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

**8.3.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

**8.4.** É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

**8.5.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

**8.6.** É obrigação do contratado de manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na contratação direta.

#### **CLÁUSULA NONA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**9.1.** A vigência contratual, será de **12 (doze) meses**, da assinatura do contrato ou documento equivalente, conforme **subitem 9.1, do Termo de Referência**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DO OBJETO E DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**10.1.** Não serão exigidas Garantias Contratuais, conforme previsto no **Subitem 7.4, do Termo de Referência**.

**10.2.** A Contratada deverá garantir o produto e/ou os serviços executados, respondendo, nos ditames da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes, por quaisquer danos decorrentes da má execução dos serviços que não estiverem conforme o pactuado neste contrato e demais normas pertinentes, conforme **item 3.4, do Termo de Referência**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DOS CONTRATOS**

**11.1.** Em caso de descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas neste instrumento, a extinção do contrato, seja administrativa ou amigável, será efetuada de acordo com as disposições do art. 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e demais ordenamentos jurídicos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**12.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme previsto no **Subitem 7.3, do Termo de Referência**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES**

**13.1.** Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratada também se incluem o disposto no **Subitem 18.2, Termo de Referência**.

**13.1.1.** A Contratada fica obrigada a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

**13.2.** Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratante também se incluem o disposto no **Subitem 18.1, do Termo de Referência.**

**13.3.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa, conforme **Subitem 34.3, do Termo de Referência.**

**13.3.1.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES**

**14.1.** Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156. I, II, III e IV, da Lei nº 14.133/2021 e nas demais legislações correlatas, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no **Item 19, do Termo de Referência.**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**15.1.** As alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e arts. 142 a 145 do Decreto Estadual nº 28.874/204.

**15.1.1.** Os acréscimos ou supressões não poderão exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato nas obras, nos serviços ou nas compras e de 50% (cinquenta por cento), no caso de reforma de edifício ou de equipamento.

**15.2.** O reequilíbrio econômico-financeiro se dará sob a forma de reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, com a previsão de índices específicos ou setoriais.

**15.2.1.** O pedido relacionado ao reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito.

**15.2.2.** Eventual pedido de reajuste ou repactuação seguirá as regras do arts. 152 a 155 e 157 a 162 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, conforme **Item 20, do Termo de Referência.**

**15.3.** A data base para reajuste será a do orçamento estimado pela Administração, tendo como índice o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que vier a substituí-lo, em decorrência de sua extinção, conforme **Item 20, do Termo de Referência.**

**15.3.1.** A **revisão contratual** (revisão de preços ou recomposição) é cabível diante de fatos supervenientes à formulação da proposta e externos à relação contratual, imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, podendo se dar tanto a favor do contratado quanto da Administração contratante, devendo ser instruído com os documentos estabelecidos no art. 164 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

**15.4.** A **decisão sobre o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro** (reajuste, repactuação ou revisão) deve ser realizada no **prazo máximo de 60 (sessenta dias)**, contados a partir da solicitação e da entrega dos documentos necessários a instrução do pedido.

**15.5.** Os preços são fixos e irreeajustáveis no prazo de 01 (um) ano, conforme esposado no subitem 20.1, do Termo de Referência nº XX/XXXX.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO**

**16.1.** A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

**17.1.** Rege-se este instrumento pelas normas e diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 28.874/2024, e outros preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

**18.1.** Após as assinaturas deste Contrato a Procuradoria Geral do Estado providenciará a publicação de resumo no Diário Oficial do Estado e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sem prejuízo de outras publicações que a CONTRATANTE tenha como necessárias, conforme a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 28.874/2024.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

**19.1.** As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**20.1.** Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

**21.1.** Considerando que a presente avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

**21.2.** Instrumento jurídico elaborado na forma do art. 23, I, da LCE 620/2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.

**21.3.** Para firmeza e como prova do acordado, o presente Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado eletronicamente pelas partes.

Porto Velho, XX de xxxx de 2024.

**NOME DO ASSINANTE**

Cargo/Função



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia da Silva Silvino Pacini, Secretário(a)**, em 21/08/2025, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0063233182** e o código CRC **DE458C4D**.

Criado por [04151867228](#), versão 4 por [00877389292](#) em 13/08/2025 15:14:56.

MINUTA



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria de Estado da Educação - SEDUC

SAMS

**SOLICITAÇÃO E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS/SERVIÇOS – SAMS**

<b>Nº. Processo:</b> 0029.012739/2024-21		
<b>Unidade Orçamentária:</b> 16.001 – Secretaria de Estado da Educação – SEDUC	<b>Unidade Administrativa:</b> Secretaria de Estado da Educação - SEDUC	<b>Unidade Solicitante:</b> Gerência de Planejamento de Aquisições - GPA/SEDUC
<b>Objeto:</b> Registro de Preço para futura e eventual Aquisição de Veículos Automotores: Veículos de Pequeno Porte, Veículos Tipo Caminhonete Pick-Up, Veículo Tipo Furgão de Carga e Veículo Tipo Van Minibus para Transporte de Passageiros, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.		

Item	CATMAT	Descrição do Objeto	Unidade de Medida	Quantidade	Preço Unitário	Valor Total
01	471270	<b><u>VEÍCULO DE PEQUENO PORTE</u></b> <b>Modelo:</b> 0 (Zero) Km, ano/modelo igual ou superior a data da compra <b>Cor:</b> sólida branca <b>Tipo de Combustível:</b> Álcool / Gasolina <b>Tipo Motor:</b> Mínimo 1.3 L ou superior <b>Potência Motor:</b> Mínima 100 Cv <b>Tanque de combustível:</b> Capacidade mínima de 45 litros; <b>Tipo de Transmissão:</b> câmbio automático de 05 velocidades à frente e 01 a ré; <b>Quantidade Portas:</b> 4 portas laterais e 1 porta mala <b>Capacidade Passageiro:</b> 05 lugares <b>Dimensões:</b> comprimento de 3,80m, largura entorno de 1,70m e altura entorno de 1,50m <b>CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS, SOB RESPONSABILIDADE DA EMPRESA FORNECEDORA:</b>	<b>Unidade</b>	<b>64</b>		

- |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"><li>· Air Bags frontais (dois): um para motorista e um para passageiro</li><li>· Aros estampados em aço com rodados iguais, inclusive estepe</li><li>· Pneus novos compatíveis com o desempenho do veículo</li><li>· Equipado com vidros elétricos</li><li>· Travamento automático nas 5 (cinco) portas</li><li>· ar condicionado</li><li>· Desembaçadores de para brisas (vidro Traseiro e dianteiro)</li><li>· Chaves de rodas, macaco e triângulo</li><li>· Cinto de Segurança de três pontas nos 05 (cinco) assentos</li><li>· Sistema de freio a disco ou similar</li><li>· Jogo de tapetes de borracha</li><li>· direção hidráulica ou elétrica original de fábrica</li><li>· Espelhos retrovisores esquerdos e direitos</li><li>· Rádio CD AM/FM com porta USB ou central multimídia com características semelhantes ou superiores</li><li>· Antena externa</li><li>· Alarme de fábrica ou instalado pela concessionária</li><li>· Painel de instrumento com indicador de RPM, velocidade, hodômetro total e parcial</li><li>· marcador de combustível</li><li>· indicador de temperatura e luzes de advertência</li><li>· Protetor Inferior para o motor (peito de aço)</li><li>· Chave adicional – reserva rígida</li><li>· Tomada de 12 volts</li><li>· injeção eletrônica</li><li>· Faróis de neblina original de fábrica</li><li>· Película proteção solar instalada conforme normas vigentes</li><li>· <b>O veículo deverá conter todos os demais equipamentos obrigatórios conforme o Código Brasileiro de Trânsito e estar em conformidade com todas as normas do PROCONVE (Programa de Controle de Poluição do ar por veículos Automotores).</b></li></ul> |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|

		<p><b><u>Garantia:</u></b> mínima de 36 (trinta e seis) meses ou 100.000(cem mil) Km rodados, prestadas no Estado de Rondônia, com Assistência Técnica no mínimo em dois município no Estado de Rondônia.</p> <p><b><u>Registro:</u></b> os veículos deverão ser entregues licenciados e emplacados na categoria de veículo oficial e em nome da Secretaria de Estado da Educação - Seduc, todas as taxas e despesas quitadas (IPVA, primeiro emplacamento, jogo de placas, despachante, etc.), com o primeiro emplacamento no município de Porto Velho.</p> <p><b><u>Padronização:</u></b> os veículos deverão ser entregues plotados com a logo da Seduc e do GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. O adesivo para plotagem deverá ter Película opaca autoadesiva, branca, cast, polimérica, com impressão digital a base-solvente e com recorte eletrônico, impresso e instalado, em superfícies planas, corrugadas, com curvas simples, compostas ou complexas, para sinalização dos veículos. Deverá conter adesivos nas portas do motorista e carona e na tampa traseira.</p> <p>A logo para plotagem será disponibilizada após o certame licitatório para a empresa vencedora.</p> <p><b><u>Cabe ao fornecedor:</u></b> as 03 (três) primeiras revisões técnicas sem ônus adicional à CONTRATANTE, incluindo na primeira revisão a troca dos itens constantes do plano de manutenção preventiva, conforme manual do fabricante.</p>				
02	611520	<p><b><u>VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP</u></b></p> <p><b>Modelo:</b> Cabine Dupla - 0 (Zero) Km, ano/modelo igual ou superior a data da contratação</p> <p><b>Cor:</b> sólida branca a (Art. 13 da IN SLTI/MPOG 3/2008)</p> <p><b>Tipo de Combustível:</b> Diesel S-10;</p> <p><b>Tipo Motor:</b> Mínimo 2.5 L ou superior;</p> <p><b>Potência Motor:</b> entre 170 e 300 cv;</p> <p><b>Tanque de combustível:</b> Capacidade mínima de 75 litros;</p> <p><b>Tipo de Tração:</b> 4x4 Controle de Tração</p> <p><b>Tipo de Transmissão:</b> Manual mínima de 05 velocidades à frente e 01 a ré;</p> <p><b>Sistema de freios:</b> A disco nas rodas dianteiras e disco ou tambor nas rodas traseiras, com sistema ABS nas 04 rodas e sistema de distribuição eletrônica.</p> <p><b>Suspensão dianteira:</b> independente, braços sobrepostos ou braço duplo com barra estabilizadora</p> <p><b>Indicador de Temperatura</b></p> <p><b>Indicador do nível de combustível</b></p>	Unidade	14		



**Limpador com temporizador e lavador elétrico do para-brisas dianteiro.**

**Suspensão traseira:** independente, multibraço ou multilink, com molas helicoidais e eixo rígido com barra estabilizadora

**Compartimento de carga** tipo caçamba (separado do local dos ocupantes) com protetor integral, inclusive borda, e capota marítima

**Quantidade Portas:** 4 portas laterais

**Capacidade Passageiro:** 05 lugares

**Cinto de segurança:** 3 pontos(para todos os ocupantes);

**Bancos dianteiros individuais** - Com regulação de altura, distância e inclinação do encosto, com apoio para cabeça ajustáveis em altura;

**Bancos traseiros** com apoio de cabeças;

**Vidro (dianteiros e traseiros)**, retrovisores externos e trava das portas elétricos, com fechamento automático dos vidros ao acionar o travamento de portas;

**Ar condicionado;**

**Direção hidráulica ou elétrica;**

**Gancho para reboque frontal e traseiro**

**Carga Útil:** Mínimo 1.000 Kg

**Rodas de aço ou de liga leve:** Medidas compatíveis com o pneu off road, inclusive índices de velocidade e carga suportada.

**ITENS DE SÉRIE:**

- **Câmera ré e kit multimídia instalado no painel dianteiro;**
- **Faróis auxiliares de milha e de neblina originais de fábrica**, admitindo-se adaptação por empresa autorizada pelo fabricante, desde que tal item não seja disponibilizado como original de fábrica em outra versão do veículo.
- **Travamento automático das portas na chave;**
- **Estribo**
- **Tapete de borracha interno;**
- **Alarme antifurto;**
- **Airbag duplo** (No mínimo motorista e passageiro);
- **Assistentes de subida** (HAC) e descida (DAC)
- **Protetor da caçamba e da tampa da caçamba**, de cor preta, fabricado em material de alta resistência contra raios UV, óleo e produtos químicos. Resistente a altas e

baixas temperaturas, sem ocasionar rachaduras, com drenos para escoamento de líquidos. O protetor de caçamba instalado deve ser o mesmo presente em alguma versão deste veículo vendido pela fábrica

**CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS, SOB RESPONSABILIDADE DA EMPRESA FORNECEDORA:**

- **Capota Marítima** (Proteção de produtos e pertencer dos ocupantes - Para cobertura completa da caçamba, com estrutura em alumínio, inclusive os suportes transversais. Fixada por meio de baguetes de encaixe ou fivelas, não podendo ser perfurada a carroceria do veículo para sua colocação) \*;
- **Engate traseiro: (equipamento usual, que permite prestar rebocar carreta de auxílio logístico** - Instalado na parte traseira do veículo, dotado de sistema elétrico completo e bocal tipo "macho - fêmea", e de acordo com a resolução nº 197/06 do CONTRAN que regulamenta o dispositivo de acoplamento mecânico para reboques em veículo com PBT de até 3.500 kg; \*
- **Protetor de Carter** (Confeccionado em chapa metálica, com espessura não inferior a 2 mm, a ser instalado de forma a proteger toda a extensão do cárter); \*
- **Santo Antônio ou Barra de Proteção** (com grade de proteção do vidro traseiro - Item de segurança e proteção tanto da viatura quanto de seus usuários) em caso de capotamento ("Santo Antônio") - fixada à estrutura do veículo;
- **Protetor de Carter** (Confeccionado em chapa metálica, com espessura não inferior a 2 mm, a ser instalado de forma a proteger toda a extensão do cárter);
- **Para-choque quebra mato** (Estrutura em metal, com proteção gradeada dos faróis na parte frontal do veículo. A instalação não pode interferir no funcionamento do sistema de retenção suplementar (air bag);
- **Snorkel** (em caso de deslocamento em terreno alagado, este equipamento permite ao veículo "respirar" debaixo d'água, e prosseguir o deslocamento);
- **Pneus lameiros**, tipo off road (Os pneus devem suportar o peso do veículo e resistir às sobrecargas dinâmicas produzidas em aceleração e frenagem, pavimentação precária e buracos. Transmitir a potência útil do motor, os esforços em curva, na aceleração e na frenagem. Rodar regularmente, de forma segura, proporcionar uma condução do veículo com precisão, em grande variedade de solos e condições climáticas - Item a ser adicionado para enfrentamento terrenos escorregadios, atoleiros, pedregulhos etc.);
- **Guincho elétrico** (É um Equipamento essencial, eficiente para ser usado para retirar veículo atolado - Instalado frontalmente, preferencialmente de marca nacional, rápido, com capacidade mínima de içar ou puxar do dobro do peso do veículo, peso 40 a 48 Kg, cabo de aço mínimo 30 metros);

		<ul style="list-style-type: none"> <li>· <b>Rack bagageiro de Teto</b> (para auxiliar no transporte de equipamentos e fixação aérea das pranchas de desencalhe); e,</li> <li>· <b>Prancha de desencalhe</b> (Equipamento a ser adicionado e serve para desencalhar o veículo em buracos e desníveis).</li> <li>· <b>O veículo deverá conter todos os demais equipamentos obrigatórios conforme o Código Brasileiro de Trânsito e estar em conformidade com todas as normas do PROCONVE (Programa de Controle de Poluição do ar por veículos Automotores).</b></li> </ul> <p><b>Garantia:</b> mínima de 36 (trinta e seis) meses ou 100.000(cem mil) Km rodados, prestadas no Estado de Rondônia, com Assistência Técnica no mínimo em dois município no Estado de Rondônia. Tanque cheio.</p> <p><b>Registro:</b> os veículos deverão ser entregues licenciados e emplacados na categoria de veículo oficial e em nome da Secretaria de Estado da Educação - Seduc, todas as taxas e despesas quitadas (IPVA, primeiro emplacamento, jogo de placas, despachante, etc.), com o primeiro emplacamento no município de Porto Velho.</p> <p><b>Padronização:</b> os veículos deverão ser entregues plotados com a logo da Seduc e do GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. O adesivo para plotagem deverá ter Película opaca autoadesiva, branca, cast, polimérica, com impressão digital a base-solvente e com recorte eletrônico, impresso e instalado, em superfícies planas, corrugadas, com curvas simples, compostas ou complexas, para sinalização dos veículos. Deverá conter adesivos nas portas do motorista e carona e na tampa traseira.</p> <p>A logo para plotagem será disponibilizada após o certame licitatório para a empresa vencedora.</p> <p><b>Cabe ao fornecedor:</b> as 03 (três) primeiras revisões técnicas sem ônus adicional à CONTRATANTE, incluindo na primeira revisão a troca dos itens constantes do plano de manutenção preventiva, conforme manual do fabricante.</p>				
03	483232	<p><b><u>VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP</u></b></p> <p><b>Modelo:</b> 0 (Zero) Km, ano/modelo igual ou superior a data da compra;</p> <p><b>Cor:</b> sólida branca;</p> <p><b>Tipo de Combustível:</b> Diesel S-10;</p> <p><b>Tipo Motor:</b> Mínimo 2.5 L ou superior;</p> <p><b>Potência Motor:</b> entre 170 e 300 cv;</p> <p><b>Tanque de combustível:</b> Capacidade mínima de 70 litros;</p> <p><b>CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA:</b> 1001kg;</p> <p><b>Tipo de Transmissão:</b> câmbio automático de 05 velocidades à frente e 01 a ré;</p>	<b>Unidade</b>	<b>72</b>		

**Capacidade Passageiro:** 05 lugares;

**Tração:** 4x4;

**Dimensões:** comprimento de 5 a 6 metros, largura entorno de 1,80m e altura entorno de 1,80m;

**CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS, SOB RESPONSABILIDADE DA EMPRESA FORNECEDORA:**

- Com carroceria aberta na parte traseira e uma cabine fechada na frente com quatro portas;
- Air Bags frontais (dois): um para motorista e um para passageiro;
- Aros estampados em aço com rodados iguais, inclusive estepe;
- Pneus novos compatíveis com o desempenho do veículo; Equipado com vidros elétricos;
- Travamento automático nas 4 (quatro) portas; ar condicionado;
- Desembaçadores de para brisas (vidro Traseiro e dianteiro);
- Cinto de Segurança de três pontas nos 05 (cinco) assentos;
- Sistema de freio a disco ou similar;
- Jogo de tapetes de borracha;
- Direção hidráulica ou elétrica original de fábrica;
- Alarme de fábrica ou instalado pela concessionária;
- Painel de instrumento com indicador de RPM, velocidade, hodômetro total e parcial;
- Marcador de combustível;
- Indicador de temperatura e luzes de advertência;
- Protetor Inferior para o motor (peito de aço);
- Chave adicional – reserva rígida;
- Injeção eletrônica;
- Faróis de neblina original de fábrica;
- Película proteção solar instalada conforme normas vigentes;
- **O veículo deverá conter todos os demais equipamentos obrigatórios conforme o Código Brasileiro de Trânsito e estar em conformidade com todas as normas do PROCONVE (Programa de Controle de Poluição do ar por veículos Automotores).**

**Garantia:** mínima de 36 (trinta e seis) meses ou 100.000(cem mil) Km rodados, prestadas no Estado de Rondônia, com Assistência Técnica no mínimo em dois município no Estado

		<p>de Rondônia.</p> <p><b>Registro:</b> os veículos deverão ser entregues licenciados e emplacados na categoria de veículo oficial e em nome da Secretaria de Estado da Educação - Seduc, todas as taxas e despesas quitadas (IPVA, primeiro emplacamento, jogo de placas, despachante, etc.), com o primeiro emplacamento no município de Porto Velho.</p> <p><b>Padronização:</b> os veículos deverão ser entregues plotados com a logo da Seduc e do GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. O adesivo para plotagem deverá ter Película opaca autoadesiva, branca, cast, polimérica, com impressão digital a base-solvente e com recorte eletrônico, impresso e instalado, em superfícies planas, corrugadas, com curvas simples, compostas ou complexas, para sinalização dos veículos. Deverá conter adesivos nas portas do motorista e carona e na tampa traseira.</p> <p>A logo para plotagem será disponibilizada após o certame licitatório para a empresa vencedora.</p> <p><b>Cabe ao fornecedor:</b> as 03 (três) primeiras revisões técnicas sem ônus adicional à CONTRATANTE, incluindo na primeira revisão a troca dos itens constantes do plano de manutenção preventiva, conforme manual do fabricante.</p>				
04	611199	<p><b><u>VEÍCULO TIPO FURGÃO DE CARGA</u></b></p> <p><b>Modelo:</b> 0 (Zero) Km, ano/modelo igual ou superior a data da compra;</p> <p><b>cor:</b> branca,</p> <p><b>Portas:</b> duas portas laterais dianteiras, uma porta lateral deslizante e sem vidro, duas portas traseiras, com abertura lateral a 270º; compartimento de carga isolado da cabine do motorista;</p> <p><b>Motor:</b> DIESEL turbo alimentado,</p> <p><b>Potência:</b> 120 CV;</p> <p><b>Torque:</b> 30 KGFM;</p> <p><b>Transmissão:</b> Mecânica manual, 5 marchas avante e 1 a ré;</p> <p><b>Embreagem:</b> Monodisco com acionamento hidráulico;</p> <p><b>Freio de marcha:</b> Hidráulico, servoassistido com ABS a disco nas 4 rodas;</p> <p><b>Freio de estacionamento mecânico</b> nas rodas traseiras, acionamento a cabo;</p> <p><b>Tração traseira;</b></p> <p><b>Rodas padrão aro 15”;</b></p> <p><b>Coureaça protetora de cárter e câmbio;</b></p> <p><b>Capacidade de carga – Volume:</b> 7 m³;</p>	Unidade	9		

		<p><b>Capacidade de carga útil</b> – Peso: 1.200 Kg;</p> <p><b>Capacidade de lotação humana:</b> 3 pessoas (Motorista + acompanhantes);</p> <p><b>Airbag</b> para motorista e acompanhante;</p> <p><b>Direção servo assistida</b>, volante com ajuste de altura e profundidade;</p> <p><b>Sistema elétrico 12V;</b></p> <p><b>Vidros com acionamento elétrico nas portas dianteiras;</b></p> <p><b>Espelhos retrovisores</b> com comando elétrico; Trava elétrica das portas;</p> <p><b>Ar condicionado</b> na cabine do motorista;</p> <p>Faróis de neblina com assistente direcional;</p> <p><b>Piso do compartimento de carga</b> em compensado naval 20 mm envernizado e com 6 olhais de aço para ancoragem de amarração de carga; Cintos de segurança 3 pontos e demais equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN;</p> <p><b>O veículo deverá conter todos os demais equipamentos obrigatórios conforme o Código Brasileiro de Trânsito e estar em conformidade com todas as normas do PROCONVE (Programa de Controle de Poluição do ar por veículos Automotores).</b></p> <p><b>Garantia:</b> mínima de 36 (trinta e seis) meses ou 100.000(cem mil) Km rodados, prestadas no Estado de Rondônia, com Assistência Técnica no mínimo em dois município no Estado de Rondônia.</p> <p><b>Registro:</b> os veículos deverão ser entregues licenciados e emplacados na categoria de veículo oficial e em nome da Secretaria de Estado da Educação - Seduc, todas as taxas e despesas quitadas (IPVA, primeiro emplacamento, jogo de placas, despachante, etc.), com o primeiro emplacamento no município de Porto Velho.</p> <p><b>Padronização:</b> os veículos deverão ser entregues plotados com a logo da Seduc e do GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. O adesivo para plotagem deverá ter Película opaca autoadesiva, branca, cast, polimérica, com impressão digital a base-solvente e com recorte eletrônico, impresso e instalado, em superfícies planas, corrugadas, com curvas simples, compostas ou complexas, para sinalização dos veículos. Deverá conter adesivos nas portas do motorista e carona e na tampa traseira.</p> <p>A logo para plotagem será disponibilizada após o certame licitatório para a empresa vencedora.</p> <p><b>Cabe ao fornecedor:</b> as 03 (três) primeiras revisões técnicas sem ônus adicional à CONTRATANTE, incluindo na primeira revisão a troca dos itens constantes do plano de manutenção preventiva, conforme manual do fabricante.</p>				
05	298354	<b><u>VEÍCULO TIPO VAN MINIBUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS</u></b>	<b>Unidade</b>	<b>40</b>		

**Modelo:** 0 (Zero) Km, ano/modelo igual ou superior a data da compra;

**Capacidade de lotação:** 16 (dezesseis) lugares (15 + 1), 0 Km;

Cor: branca;

potência mínima: 130 CV;

**Motor:** DIESEL turbo alimentado;

Ar condicionado atendendo todo espaço útil dos veículos;

**Transmissão:** Mecânica manual, 5 marchas avante e 1 a ré;

**Direção assistida:** hidráulica ou elétrica;

**Portas corredeiras,**

**Freios ABS;**

**Airbag motorista;**

**Vidros e travas elétricos;**

**Teto alto;**

**Tacógrafo;**

**central multimídia** (incluído Tela para passageiros);

**Câmera de ré,**

**Película de vidro conforme CTB,**

**Tapetes de borracha** para a motorista e demais acessórios básicos (todos os itens de série de fábrica), incluindo luz de rodagem diurna e equipamentos exigidos pelo CONTRAN e estar em conformidade com todas as normas do PROCONVE (Programa de Controle de Poluição do ar por veículos Automotores).

**Garantia:** mínima de 36 (trinta e seis) meses ou 100.000(cem mil) Km rodados, prestadas no Estado de Rondônia, com Assistência Técnica no mínimo em dois município no Estado de Rondônia.

**Registro:** os veículos deverão ser entregues licenciados e emplacados na categoria de veículo oficial e em nome da Secretaria de Estado da Educação - Seduc, todas as taxas e despesas quitadas (IPVA, primeiro emplacamento, jogo de placas, despachante, etc.), com o primeiro emplacamento no município de Porto Velho.

**Padronização:** os veículos deverão ser entregues plotados com a logo da Seduc e do GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. O adesivo para plotagem deverá ter Película opaca autoadesiva, branca, cast, polimérica, com impressão digital a base-solvente e com recorte eletrônico, impresso e instalado, em superfícies planas, corrugadas, com curvas simples,

	<p>compostas ou complexas, para sinalização dos veículos. Deverá conter adesivos nas portas do motorista e carona e na tampa traseira.</p> <p>A logo para plotagem será disponibilizada após o certame licitatório para a empresa vencedora.</p> <p><b><u>Cabe ao fornecedor:</u></b> as 03 (três) primeiras revisões técnicas sem ônus adicional à CONTRATANTE, incluindo na primeira revisão a troca dos itens constantes do plano de manutenção preventiva, conforme manual do fabricante.</p>				
--	---	--	--	--	--

VALOR DA PROPOSTA: EM R\$	VALIDADE DA PROPOSTA:	PRAZO DE ENTREGA:
LOCAL:	DATA:	TELEFONE DE CONTATO:
		E-MAIL:
BANCO:	AGÊNCIA:	C/C:
ASSINATURA (QUANDO RUBRICADO, NOME POR EXTENSO OU CARIMBO DO RESPONSÁVEL PELA COTAÇÃO DA EMPRESA):		
CARIMBO DO CNPJ/CPF-ME	USO EXCLUSIVO DA SC/SUPEL	



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia da Silva Silvino Pacini, Secretário(a)**, em 16/01/2025, às 20:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0056429082** e o código CRC **2533C3BA**.



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.(A)	QUANT. DEST. EXCLUSIVA ME/EPP (B)	QUANT. DEST. AMPLA CONCORRÊNCIA (C) - [A-B]	BANCO DE PREÇOS	BANCO DE PREÇOS2	BANCO DE PREÇOS3	BANCO DE PREÇOS4	BANCO DE PREÇOS5	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	PREÇO MEDIANO (F)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PARÂMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MÉDIO)	SUBTOTAL EXCLUSIVO ME/EPP (F) - [B X D]	SUBTOTAL AMPLA CONCORRÊNCIA (G) - [C X E]	SUBTOTAL GERAL [F + G]
1	VEÍCULO DE PEQUENO PORTE	UND	64	16	48	R\$ 111.850,00	R\$ 174.700,00	R\$ 116.690,00	R\$ 122.500,00	R\$ 149.000,00	R\$ 111.850,00	R\$ 134.948,00	R\$ 122.500,00	28.455,17	19,60%	MÉDIO	R\$ 2.159.168,00	R\$ 6.477.504,00	R\$ 8.636.672,00
2	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP - CABINE DUPLA - CÂMBIO MANUAL	UND	14	3	11	R\$ 284.500,00	R\$ 220.500,00	R\$ 252.000,00	R\$ 268.900,00	R\$ 269.990,00	R\$ 220.500,00	R\$ 259.178,00	R\$ 268.900,00	24.495,57	9,45%	MÉDIO	R\$ 777.534,00	R\$ 2.850.958,00	R\$ 3.628.492,00
3	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP - CÂMBIO AUTOMÁTICO	UND	72	18	54	R\$ 221.000,00	R\$ 256.990,00	R\$ 210.869,00	R\$ 230.000,00	R\$ 234.365,00	R\$ 210.869,00	R\$ 230.644,80	R\$ 230.000,00	17.265,79	7,49%	MÉDIO	R\$ 4.151.606,40	R\$ 12.454.819,20	R\$ 16.606.425,60
4	VEÍCULO TIPO FURGÃO DE CARGA	UND	9	2	7	R\$ 312.000,00	R\$ 301.500,00	R\$ 266.900,00	R\$ 225.900,00	R\$ 235.000,00	R\$ 225.900,00	R\$ 268.260,00	R\$ 266.900,00	38.472,50	14,34%	MÉDIO	R\$ 536.520,00	R\$ 1.877.820,00	R\$ 2.414.340,00
5	VEÍCULO TIPO VAN MINIBUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	UND	40	10	30	R\$ 304.999,00	R\$ 340.500,00	R\$ 349.200,00	R\$ 294.950,00	R\$ 279.000,00	R\$ 279.000,00	R\$ 313.729,80	R\$ 304.999,00	30.040,99	9,58%	MÉDIO	R\$ 3.137.298,00	R\$ 9.411.894,00	R\$ 12.549.192,00
<div>LEGENDA: NC = Não encontrado * = Valor excluído por elevar a taxa de desvio padrão acima de 20% conforme estipulado na Portaria nº 029/GAB/SUPEL, de 29 agosto de 2011.</div> <div>NOTA EXPLICATIVA: 1) NC 2) As descrições foram reduzidas neste quadro comparativo, porém se encontra completas no termo de referência ().</div>	VALOR TOTAL EXCLUSIVO ME/EPP																	R\$	10.762.126,40
	VALOR TOTAL AMPLA CONCORRÊNCIA																	R\$	33.072.995,20
	VALOR TOTAL																	R\$	43.835.121,60



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX/202X/SUPEL_RO			
Origem:	Pregão Eletrônico nº 90127/2025		
Data da Homologação:	xx/xx/xxxx	Processo nº	0029.012739/2024-21
Órgão Participante:	Secretaria de Estado da Educação - SEDUC		
Órgão gerenciador:	Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL		

1. **CLÁUSULA I – IDENTIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S).**

1.1. A identificação dos detentores está inserida no anexo único desta ata.

2. **CLÁUSULA II – DO OBJETO**

2.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Veículos Automotores: Veículos de Pequeno Porte, Veículos Tipo Caminhonete Pick-Up, Veículo Tipo Furgão de Carga e Veículo Tipo Van Minibus para Transporte de Passageiros, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

3. **CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

4. **CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**

4.1. A adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Estado de Rondônia após autorização expressa do órgão gerenciador – Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL.

4.2. A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no art. 124, § 1º ao § 8º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, em consonância com o art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.3. As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.4. O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

## 5. CLÁUSULA V – DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1. Os preços registrados poderão ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, conforme disposto no art. 133 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

5.2. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão para majorar ou minorar os preços registrados em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

5.3. A revisão de preços precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

5.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado e, caso este não aceite a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas, nos termos do art. 134, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital, nos termos do art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5.1. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

5.6. Caso comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, poderá ser efetuada a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

5.6.1. O órgão gerenciador, em alternativa à atualização prevista no item 5.6 desta Ata de Registro de Preços, poderá liberar o fornecedor do compromisso sem aplicação de penalidades, convocando, posteriormente, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

5.6.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

5.7. O cancelamento do preço registrado, em conformidade com o artigo 136 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, poderá ocorrer por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, **devidamente comprovados e justificados**, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

5.7.1. O preço registrado, em atenção ao estabelecido pelo art. 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024, também poderá ser cancelado quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VIII.

## 6. CLÁUSULA VI - DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

6.1. Em atenção ao art. 131 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o cadastro reserva será composto pelos demais licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante

vencedor, a ser incluído na respectiva ata na forma de anexo, respeitada a sequência da classificação do certame.

6.2. O cadastro reserva poderá ser utilizado nas hipóteses previstas no art. 131, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

6.3. A apresentação de novas propostas para compor o cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

6.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou revogado.

6.5. Para o registro do preço dos demais licitantes será exigida a análise da habilitação.

## **7. CLÁUSULA VII - DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e seus anexos. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

7.2. Quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VII, o preço registrado será cancelado, em conformidade com o artigo 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

## **8. CLÁUSULA VIII - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

8.1. As condições gerais referentes ao fornecimento, tais como prazo, local de entrega e recebimento do objeto, como também as relativas às penalidades e obrigações da Administração e do fornecedor detentor do registro, encontram-se definidas no Termo de Referência e Edital da licitação, partes integrantes da presente Ata.

8.2. É vedado o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços.

8.3. A detentora do registro fica obrigada a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas pelo órgão participante, durante a vigência desta ata.

8.4. Em atenção ao art. 126 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, faz-se necessário a permanente pesquisa de mercado, inclusive, antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

8.5. A violação da integridade da conduta contratual, por meio do rompimento de deveres contratuais ou oriundos de outras normas aplicáveis ao caso, sujeita o contratado à aplicação das penalidades legalmente previstas nos arts. 184 ao 187 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, bem como art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

## **9. CLÁUSULA IX - DO PAGAMENTO**

9.1. O pagamento, decorrente do objeto registrado nesta ata será efetuado conforme disposto no Edital e seus anexos.

## **10. CLÁUSULA X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

10.2. Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

10.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, à Lei no 14.133, de 1º de abril de 2021 e às normas complementares e às disposições presentes nesta Ata e no Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e, especialmente, aos casos omissos.

10.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, os ANEXOS desta ata que contém os preços registrados e seus respectivos detentores.

11. **CLÁUSULA XI - DO FORO**

11.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**ANEXO ÚNICO**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA

**EMPRESA(S) DETENTORA(S):**

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	CIDADE	REPRESENTANTE	CPF	TELEFONE

**RAFAEL DE MOURA BARROS**

Coordenador do Sistema de Registro de Preços/SUPEL

**FABÍOLA MENEGASSO DIAS**

Diretora Executiva/SUPEL

**ISRAEL EVANGELISTA DA SILVA**

Superintendente Estadual de Compras e Licitações

Elaborado por: